



Instituto de Planejamento Econômico e Social

**INPES**

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

N<sup>o</sup> 180

"MOBILIDADE URBANA E RURAL EN-  
TRE CLASSES DE RENDA NO BRASIL"

Manoel A. Costa

Dezembro de 1989



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

N<sup>o</sup> 180

"MOBILIDADE URBANA E RURAL EN-  
TRE CLASSES DE RENDA NO BRASIL"

Manoel A. Costa

Dezembro de 1989

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Setembro de 1989

Instituto de Pesquisas do IPEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13<sup>o</sup>/17<sup>o</sup> andares

Rio de Janeiro/RJ

20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

MOBILIDADE URBANA E RURAL  
ENTRE CLASSES DE RENDA NO BRASIL\*

Manoel A. Costa\*\*

- I. INTRODUÇÃO
- II. ANTECEDENTES
- III. QUESTÃO OPERACIONAL E METODOLÓGICA
- IV. A TÁBUA DE PERMANÊNCIA
- V. A QUESTÃO DA MORTALIDADE
- VI. AS TABULAÇÕES ESPECIAIS DO CENSO DE 1980
- VII. A MORTALIDADE DOS DIVERSOS GRUPOS
- VIII. POPULAÇÃO E RENDA EM 1980
- IX. SEXO, IDADE E RENDA
- X. PERFIL DE VIDA MONETÁRIA DA POPULAÇÃO
- XI. VIDA MÉDIA NA CLASSE DE RENDA
- XII. OS MOVIMENTOS DE ENTRADA E SAÍDA
- XIII. MOVIMENTOS E MORTALIDADE
- XIV. MOBILIDADE SEGUNDO IDADES
- XV. CONCLUSÕES

ANEXO (Relação de Gráficos)

---

\* Agradeço a participação de Regina Chaloub pelo trabalho computacional e sugestões.

\*\*Do INPES/IPEA

## SINOPSE

Aplica a metodologia da tábua de permanência para estimar a mobilidade urbana e rural entre classes de renda no Brasil, apoiada em dados censitários de 1980. Apesar de concluir pela ocorrência de uma mobilidade relativamente alta, principalmente nos quadros urbanos, adverte que não se deve esquecer que se trata, fundamentalmente, de movimentos de pessoas entre categorias de rendimento muito baixo. Também detecta a ocorrência de intensos refluxos de população com mais de 50 anos de idade para classes de menor renda, indicando um "empobrecimento" com o aumento da idade, difícil de se entender com os dados disponíveis. Sugere a realização de estudos semelhantes com dados mais recentes para avaliar criteriosamente a sua utilidade.

## I. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma incursão na área da mobilidade populacional entre classes de renda, complementando e substituindo trabalho anterior dedicado somente à população total. Contém imprecisões e limitações decorrentes da pouca experiência no assunto, da qualidade e natureza dos dados e da metodologia utilizada. Indícios dessa mobilidade são avaliados com a aplicação da metodologia da tábua de permanência ou múltiplo decremento em dados censitários de 1980, esboçando-se estimativas da sua magnitude e ritmo para a população total, urbana e rural. Sob o ponto de vista metodológico, este estudo constitui uma análise apoiada num corte transversal de dados, em oposição a uma análise temporal, que pode ser preferível sob alguns pontos de vista. No entanto, deve-se recordar que trabalhos que se apóiam em tais cortes não oferecem observações extremamente relevantes sobre os assuntos estudados e, freqüentemente, refletem melhor a situação corrente do que os estudos com base em séries temporais ou de coortes.

O trabalho abre caminho para persecução de respostas sobre como o crescimento demográfico e suas componentes influem na distribuição da renda, ao procurar responder as seguintes indagações: i) Os dados censitários de 1980 sobre rendimentos pessoais refletem a existência de mobilidade entre classes de rendas da população? ii) Qual a magnitude dessa mobilidade segundo os sexos? iii) Há diferenças de mobilidade entre os contingentes rurais e urbanos?

## II. ANTECEDENTES

O desenvolvimento econômico e social não se restringe apenas à capacidade de produção de bens e serviços e à obtenção de um produto. Importa, também, criar condições para que esse produto seja o mais equanimemente distribuído entre os membros da sociedade. Por isso, uma maneira objetiva de avaliar o processo de desenvolvimento social reside na avaliação da forma como se dá a distribuição de renda. Entretanto, para que haja um processo de redistribuição da riqueza, é necessário que ocorra mobilidade social e econômica, que na sua forma mais simples se traduz num movimento de pessoas entre classes de renda. Supõe-se que havendo mobilidade de pessoas das classes de menor para as de maior nível de renda, está assegurado, pelo menos parcialmente, um processo redistributivista. Se, pelo contrário, não houver esse tipo de mobilidade, pode-se garantir que o sistema tem um elevado grau de perversidade que resulta num imobilismo social e econômico indesejável.

Há que se enfatizar, no entanto, que a existência de mobilidade populacional entre classes de renda não garante, necessariamente, que o desenvolvimento se dê satisfatoriamente ou que a renda será necessariamente, após algum tempo, melhor distribuída do que no momento inicial de observação. Tudo dependerá do ritmo de incorporação de novas pessoas ao mercado monetizado e de como essas pessoas aí ingressam.

Neste sentido, o processo demográfico desempenha um papel de extrema relevância, podendo constituir-se num fator que provoque um efeito inverso ao da mobilidade, dependendo da sua intensidade, rapidez e características. Este assunto tem sido abordado apenas tangencialmente na literatura especializada, sobretudo pela falta de uma teoria e de informações para a elaboração de estudos.

Essa necessidade parece ser mais evidente onde persistem simultaneamente uma forte concentração de renda e intenso e complexo processo demográfico, como no caso brasileiro.

Dados recentes indicam que persiste a tendência de concentração de renda observada empiricamente desde 1960, que fez do país palco de uma sociedade com os maiores desníveis sociais e econômicos jamais encontrados em qualquer nação, permitindo caracterizar o desenvolvimento nacional pela dominância de um caráter socialmente perverso, que resulta na coexistência, por um lado, de milhões de pessoas auferindo padrões satisfatórios de bem-estar e, do outro, de milhares vivendo na mais extrema pobreza e abaixo do nível do que se convencionou denominar de pobreza absoluta.

Em razão dessa observação, que inquieta e preocupa todos os setores social e politicamente responsáveis, a comunidade técnica e científica tem produzido uma coletânea respeitável de estudos sobre a matéria.

Não obstante, a quase totalidade desses trabalhos está voltada, fundamentalmente, para os aspectos econômicos e monetários do assunto e que, embora realizados em contextos e sob perspectivas essencialmente corretas e úteis, passam ao longe de três questões que deveriam merecer igual atenção por parte dessa comunidade:

1) Qual a relação entre o processo demográfico e a distribuição pessoal de renda?

2) Como a mobilidade da população entre classes de renda afeta a sua distribuição pessoal?

3) Como o processo demográfico se relaciona com a mobilidade entre classes de renda?

Responder a essas questões constitui uma tarefa árdua tanto sob o ponto de vista teórico como do prático. Mas não parece temerário pensar que se conseguíssemos, talvez fosse possível propor políticas eficazes para romper a inércia da distribuição perversa da renda e o círculo de pobreza no país.

Além disso, saber como são as relações entre o processo demográfico e a dinâmica da distribuição e concentração da renda é essencial e indispensável para a quinta nação mais populosa do mundo e que tem tido um processo demográfico dos mais rápidos e complexos após a segunda guerra mundial.

Desde que se intensificou a industrialização nacional, que viria classificar o Brasil como a oitava economia do mundo, a população evoluiu de 41,2 milhões de habitantes em 1940 para 135,5 milhões em 1985, apontando que durante esses 45 anos a população brasileira aumentou em 94,3 milhões de pessoas, contingente que ultrapassa numericamente a atual população da maioria dos países existentes no globo, fazendo do Brasil palco de uma das evoluções demográficas na história das sociedades modernas só ultrapassada pelos fenômenos ocorridos na China e na Índia.

Mercê desse rápido processo demográfico, do desenvolvimento econômico e de uma série de outros fatores sociais e internacionais, observou-se no Brasil um igualmente intenso e rápido processo de urbanização, alimentado tanto pelo elevado crescimento vegetativo da população como pelas numerosas migrações internas.

Durante o período 1940/80, ocorreram aproximadamente 180 milhões de nascimentos, 40 milhões de óbitos, a população urbana aumentou em 77,5 milhões, e a população economicamente ativa subiu para 28,5 milhões. O número de migrantes intermunicipais em 1980 já era constituído por pouco mais de 46 milhões, contingente que representava quase 40% da população nacional do mesmo ano, demonstrando a intensa migração da população. Durante os mesmos 40 anos, o sistema urbano nacional se ampliou de 4.771 para 8.075 núcleos em 1980 e hoje o país conta com duas metrópoles, que se classificam entre as mais populosas do planeta, as quais, em 1940, eram apenas modestas e aprazíveis aldeias



demográficas.

Do exposto, não parece absurdo admitir que é importante avaliar as relações entre os processos demográfico e o de concentração da renda e verificar se a mobilidade populacional entre classes de renda pode constituir-se em mais um elemento para a compreensão da dinâmica da distribuição pessoal da renda e formulação de política. É evidente que as propostas políticas, num cenário com modesto processo demográfico e mobilidade da população entre classes de renda, diferirão das propostas diante de um cenário de intensa dinâmica populacional e mobilidade populacional entre as classes de rendimentos.

Em termos concretos e objetivos, pode-se perguntar se existe alguma mobilidade entre classes de renda no Brasil ou se os pobres estão fadados política e economicamente a permanecerem nesse estado. Se existe alguma mobilidade, qual é a sua magnitude e velocidade?

Como assinalado anteriormente, pouco se tem enveredado nesse assunto, valendo recordar o trabalho de Morley que, entre outras coisas, aborda a questão da mobilidade e questiona o efeito da mortalidade sobre a distribuição da renda pessoal.

### III. QUESTÃO OPERACIONAL E METODOLÓGICA

Operacionalmente, a realização deste trabalho implica testar a hipótese de que os elementos de uma classe de renda num ano  $t$ , são diferentes dos elementos da mesma classe de renda num ano  $n$  posterior.

A diferença entre os dois contingentes ocorrerá por causa de fatores vegetativos e por causa da mobilidade da população entre as classes de renda. Admite-se, por um lado, que algumas pessoas sairão da classe de renda por falecerem e outras por se transferirem para outra classe e, por outro lado, admite-se que entrarão pessoas nessas classes durante o mesmo período, tanto por motivos estritamente demográficos como por questões de mobilidade, isto é, por estarem ingressando no mercado monetizado pela primeira vez ou por transferência de outra classe de rendimento.

Simbolicamente pode-se representar essa postulação da seguinte maneira:

$$\begin{array}{cccccc}
 i & t+n & i & t & i & t, t+n & i & t, t+n & i & t, t+n & i & t, t+n & i & t, t+n \\
 N & = & N & + & I & - & O & + & E & - & S & & & \\
 x+n & & x & & x, x+n & & x, x+n & & x, x+n & & x, x+n & & & 
 \end{array} \quad (1)$$

onde:

$i$   $t$

$N$  = população de idade  $x$  pertencente à classe de rendimento  $i$  no ano  $t$ ;

$i$   $t, t+n$  ingresso de pessoas com idades entre

$I$  =  $x, x+n$ , na classe  $i$  durante o período  $t, t+n$ ;  
 $x, x+n$  por questões demográficas (primeira entrada no mercado);

$i$   $t, t+n$  óbitos de pessoas com idades entre  $x, x+n$  da

$O$  = classe  $i$  durante o período  $t, t+n$ ;  
 $x, x+n$

$i$   $t, t+n$  entrada de pessoas com idades entre  $x, x+n$  na

$E$  = classe  $i$ , por transferência ou mobilidade de  $x, x+n$  outra classe durante o período  $t, t+n$ ;

$i$   $t, t+n$  saída de pessoas com idades entre  $x, x+n$  da

$S$  = classe  $i$ , por transferência para outra classe  $x, x+n$  durante o período  $t, t+n$ .

A elaboração do trabalho parte, portanto, da equação geral de equilíbrio (1) acima, que deve se verificar para qualquer grupo populacional, seja de homens, mulheres, urbano ou rural, por exemplo.

Admitindo-se como correta essa formulação, o problema se restringe em estimar cada uma das componentes ou elemento da equação, para avaliar a dinâmica de cada grupo.

Há várias possibilidades metodológicas para se obter pelo menos parcialmente essas estimativas, incluindo-se a comparação de informações censitárias para estudos retrospectivos e de cortes, ou a aplicação dos princípios de tábuas de permanência ou tábuas de múltiplo decremento, que consistem em estudo transversal da população.

Cada um desses métodos tem vantagens e desvantagens e nenhum permite a obtenção de todas as componentes conforme propostas na equação de equilíbrio.

#### IV. A TÁBUA DE PERMANÊNCIA

Entende-se como tábua de permanência um modelo que descreve numericamente os movimentos da população - entradas, óbitos, saídas e, conseqüentemente, o tempo de permanência de uma população numa categoria ou classe de renda segundo as idades.

Na prática, a tábua de permanência da população numa classe de renda resulta da combinação entre uma tábua de vida da população dessa classe e uma tábua que expressa a participação da população na mesma classe de renda segundo as idades.

Sejam:

$i$   $t$  número de pessoas residindo na área J com idade entre  
 $n$   $x$   $n$   $J = x, x+n$  na classe de renda  $i$  no ano  $t$ .

$i$   $t$  taxa de participação da população residindo na área  
 $n$   $x$   $n$   $\&J = J$  com idade entre  $x, x+n$  na classe de renda  $i$  no ano  $t$ .

$i$   $t$  população estacionária J com idades entre  $x, x+n$ ,  
 $n$   $x$   $n$   $LEJ =$  correspondente à população com rendimentos  $i$  no ano  $t$ ,  
 onde:

$i$   $t$   $(i$   $t)$   $(i$   $t)$  sendo  $LJ$  a população estacionária  
 $n$   $x$   $(n$   $x)$   $(n$   $x)$   $LEJ = (LJ) (\&J)$   $n$   $x$  de idades entre  $x$  e  $x+n$  no ano  $t$ , que reflete a mortalidade da população da classe  $i$ , residindo em  $J$ .

$i$   $t$   $(i$   $t$   $i$   $t)$   $(i$   $t)$  taxas de entradas no período  
 $n$   $x$   $(n$   $x+n$   $n$   $x)$   $(n$   $x)$   $IJ = (\&J - \&J) (MJ)$   $t, t+n$ , de pessoas residindo em  $J$  com idades entre  $x$  e  $x+n$  na classe de renda  $i$ , onde,  
 $n$   $x$   $n$   $x$   $MJ$  constitui fator que reflete a mortalidade entre as idades  $x$  e  $x+n$  durante o mesmo período.

$i$   $t$   $(i$   $t)$   
 $n$   $x$   $(1 - QJ)$   
 $(n$   $x)$   $Mj = \frac{(i$   $t)$   $(1 - QJ)$   $(n$   $x)$  onde  $QJ$   $n$   $x$  é o cociente de mortalidade entre os grupos de idades para a população da área J na classe  $i$ .

O modelo admite que sempre que  $\&J_{n, x+n} > \&J_{n, x}$  há predominância de

entradas. Inversamente, quando

$i$   $t$   $i$   $t$   
 $n$   $x+n$   $n$   $x$   $\&J_{n, x+n} < \&J_{n, x}$  ocorre predominância de saídas.

As informações disponíveis e a técnica adotada não permitem separar as primeiras entradas (I) de pessoas numa classe de renda daquelas originadas pela transferência da população de outras classes (E). Como se verá nos resultados, uma parcela expressiva das entradas ocorre em idades adultas jovens, e parte dessas podem ser consideradas como ingresso ou primeira entrada no mercado. Por simplificação, admitimos que as entradas de pessoas com 10-14 anos de idade no mercado constituem fundamentalmente uma primeira entrada no mercado de trabalho e no mercado monetário, não sendo incluídas na mobilidade entre classes. A essas entradas, denominaremos de ingressos, para distinguí-las das entradas originadas de outra classe de renda, configurando o que estamos chamando de mobilidade da população entre classes de renda.

Da mesma forma, sempre que se observar

$$\begin{matrix} i & t & & i & t \\ \&J & < & \&J & \text{ admite-se que ocorrerão saídas de pessoas da classe} \\ n & x+n & & n & x \end{matrix}$$

i com as idades x e x+n. A metodologia não permite estimar separadamente as entradas e saídas para cada grupo etário, mas somente o saldo líquido entre esses movimentos. Assim, a obtenção de estimativa de entradas para um grupo de idades, não significa dizer que não há saídas no mesmo grupo etário durante o período. Significa que o número de entradas é maior do que o de saídas. O mesmo ocorre quando se estimam as saídas: o resultado indica que elas foram maiores do que as entradas.

Portanto, a metodologia permite obter somente os saldos líquidos dos movimentos de entradas e saídas das diferentes classes de rendimentos e, através de comparações assinalar, pelo menos indicativamente, a existência ou não da mobilidade e o seu sentido.

Em princípio, e considerando somente a população ao total, admite-se que todas as saídas do grupo Sem Rendimentos constituem uma entrada no mercado ou no grupo de pessoas Com Rendimentos. Assim, na ausência de mobilidade populacional entre classes de rendas, as saídas da primeira categoria se igualam à soma das entradas nas diversas classes de rendimentos. Quando essa soma é maior que as saídas da categoria sem rendimentos, pode-se argumentar que a diferença indica o nível mínimo de mobilidade entre as classes de renda. É fácil perceber que essa diferença deverá ser igual à soma de saídas dos diversos grupos com rendimentos.

O método indica, portanto, apenas o resultado líquido dos movimentos,

sugerindo que na prática esses podem ser maiores do que o obtido neste trabalho. Por outro lado, as informações disponíveis e a técnica da tábua de permanência não permitem assegurar se essa mobilidade é ascensional ou descensional, embora se possa deduzir o seu sentido ou direção, comparando os movimentos nas diversas classes.

A classificação da população em urbana e rural acrescenta mais complexidade ao estudo, na medida em que ocorrem movimentos migratórios entre as duas áreas rompendo-se, assim, a hipótese de que a população é fechada às migrações internas.

A colocação desse propósito também resulta desde logo numa questão metodológica complexa que tem a ver com a escolha dos procedimentos técnicos e, claro, com a natureza, qualidade e limitações dos resultados.

Pode-se dizer que a pretensão de avaliar a mobilidade populacional entre classes de renda no meio urbano e no rural coloca imediatamente uma indagação sobre a forma de obtenção das estimativas desejadas. Deve-se tratar cada contingente independentemente ou conjuntamente?

Cada uma dessas aproximações tem suas características, vantagens e desvantagens, sendo difícil avaliar criteriosamente qual a melhor sob o ponto de vista estritamente técnico, residindo a decisão final muito mais numa questão pragmática do que de outra natureza.

Pode-se perceber que considerando os contingentes urbano e rural isoladamente, ter-se-á, necessariamente, que se obter estimativas das migrações internas entre as duas áreas, para avaliar o seu efeito nos movimentos entre as classes de renda. E não há disponibilidades estatísticas para realizar essa tarefa. Considerando, no entanto, os dois grupos conjuntamente, o efeito das migrações ficarão implicitamente embutidos nas próprias taxas de movimento entre classes de renda.

Optou-se pela obtenção das estimativas tratando dos dois contingentes conjuntamente, para garantir uniformidade e coerência ordinal com as estimativas obtidas para a população total. A consequência prática e mais imediata dessa decisão tem a ver com a compreensão e interpretação das diversas taxas que, neste caso, terão embutidas uma taxa de migração entre as áreas urbanas e rurais.

Formalmente, tudo isso se observa e se traduz na definição da taxa de

participação para cada grupo de idade e classe de renda. Neste caso, a taxa de participação fica definida como uma taxa conjunta de uma pessoa de uma faixa etária pertencer simultaneamente a um quadro domiciliar e a uma classe de renda.

Por exemplo:

$$U_{i,t} = \frac{U_{i,t}^{n,x}}{T_{n,x}}$$

$i$   $t$   
 $U$   
 $i$   $t$       $n$   $x$   
 $U$  = -----  
 $n$   $x$       $i$   $t$   
 $T$   
 $n$   $x$

será a taxa conjunta da população com idade entre  $x$  e  $x+n$  residir numa área urbana e participar da classe de renda  $i$  no ano  $t$ . O numerador consiste no número de pessoas urbanas com idade entre  $x$  e  $x+n$  na classe de renda  $i$  no ano  $t$ , e o denominador se refere à população total (soma da população urbana e rural) dos mesmos grupos etários.

Sob um ponto de vista formal, essa taxa representa a probabilidade conjunta de se encontrar um indivíduo do grupo etário ( $x$ ,  $x+n$ ) que perceba  $i$  e resida na área urbana.

Conseqüentemente, as taxas de entradas e saídas da população para os contingentes urbano e rural (obtidas a partir dessas taxas de participação), também terão que ser interpretadas como taxas que refletem simultaneamente dois acontecimentos. As taxas de entrada devem ser interpretadas como a taxa conjunta das pessoas pertencerem àquela área (urbana ou rural) e ingressarem numa classe de renda. As de saída devem ser interpretadas como taxas conjuntas de saída de uma pessoa de uma classe de renda de uma área urbana ou rural, conforme o caso.

Uma das vantagens deste método reside no fato de que todas as taxas de entrada estarão referidas à mesma população, facilitando sua compreensão e comparação, além de preservarem um caráter aditivo. As taxas de saída, no entanto, são obtidas em relação à cada subgrupo populacional, embora seja possível efetuar a sua conversão em taxas referidas à mesma base.

De tudo isso se pode concluir que a equação descrita anteriormente, entre saídas da categoria Sem Rendimentos e entradas nas classes de renda, não se aplica para as populações urbana e rural porque ocorrem movimentos migratórios entre elas, particularmente no sentido rural-urbano. Um contingente de pessoas de um grupo de idades do meio rural pode efetuar

deslocamentos em três direções: i) para o grupo Sem Rendimentos no meio urbano, constituindo-se apenas num movimento migratório espacial; ii) se deslocar para qualquer classe de renda no meio rural, configurando entrada no mercado rural; e iii) se deslocar para qualquer classe de renda no meio urbano, configurando simultaneamente uma migração espacial e entrada no mercado urbano. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a saídas de contingentes de qualquer classe de renda no meio urbano ou rural.

Isto significa que é praticamente impossível, com as informações disponíveis e a tábua de permanência determinar a origem e o destino dos movimentos. No entanto, como a classe ou grupo de origem é bem determinado, é possível estipular taxas de mobilidade a eles referidas e, por comparação da matriz completa desses movimentos, deduzir os prováveis grupos de destino ou migração líquida.

#### V. A QUESTÃO DA MORTALIDADE

O modelo exige que se obtenham estimativas das tábuas de vida de cada grupo da população segundo sexo, residência e classes de renda. Isto porque, supõe-se: i) que a mortalidade é distinta entre os sexos, entre as áreas urbanas e rurais, bem como os diversos grupos de renda; e ii) que o nível de mortalidade exerce influência sobre a mobilidade entre classes de renda e constitui fator relevante na determinação do tempo médio de permanência em cada classe.

Infelizmente não há informação estatística que permita obter diretamente essas estimativas, exigindo para a sua obtenção uma série de procedimentos metodológicos.

---

Nota: A forma alternativa seria calcular as taxas de participação, de um grupo etário e renda em relação à população da mesma área domiciliar (urbana ou rural). Neste caso, as taxas de saída e entrada se refeririam à população da área. Isto é, obter-se-iam taxas de movimento para a população já classificada em urbana e rural.

Para a construção das tábuas de vida da população segundo classes de renda, obtiveram-se tabulações especiais do censo de 1980 que permitiram aplicar a metodologia desenvolvida por William Brass para estimar a mortalidade infanto-juvenil. Essa metodologia permite transformar proporções de crianças sobreviventes segundo a idade da mãe em taxas de mortalidade de uma tábua de vida, entre as quais sendo a mais precisa a " ${}_0q_2$ " a mortalidade entre 0 a 2 anos de idade.

A partir dessa estimativa para cada grupo foi possível gerar a respectiva tábua de vida, admitindo-se que as taxas de mortalidade infanto-juvenil pertenciam a uma família de tábuas, isto é, que a estrutura da mortalidade do grupo tinha a mesma estrutura da mortalidade de uma tábua-padrão, diferenciando-se somente no seu nível.

Em termos simbólicos essa suposição pode ser apresentada da seguinte maneira:

$${}_n^i Y_x^t = {}_n^i A_j + {}_x^i B_j {}_n^i Y_x^t \quad \text{onde } {}_n^i Y_x^t \text{ representa o logito da função de sobrevivência de uma tábua padrão e } {}_n^i Y_x^t \text{ o logito da sobrevivência do grupo da renda } i \text{ no ano.}$$

"A<sub>j</sub>" e "B<sub>j</sub>" são coeficientes, linear e angular, respectivamente, da relação entre a tábua de vida de grupo *i* e ano *j* e a tábua de vida-padrão.

Por simplificação, admitiu-se que  ${}_i B_j = 1$ , o que equivale à hipótese de que a estrutura etária da mortalidade não difere segundo o sexo, classes de renda e local de residência e se assemelha à estrutura da mortalidade adotada como padrão.

## VI. AS TABULAÇÕES ESPECIAIS DO CENSO DE 1980

Para aplicar a metodologia acima, foi necessário obter uma série de tabelas especiais do Censo de 1980, com informações sobre a parturição feminina e sobrevivência dos filhos segundo idades da mãe para cada classe de rendimento.

Como o censo não indaga aos homens sobre sua fecundidade e a mortalidade dos seus filhos, adotou-se o critério de elaborar as estimativas da



mortalidade masculina a partir das informações das mulheres classificadas segundo o nível de rendimento dos seus cônjuges. A partir da mortalidade infanto-juvenil resultante dessas tabelas, gerou-se através da transformação logital, uma tábua de vida que admitiu-se sendo a dos homens da respectiva classe de renda.

Para obter as tábuas de vida feminina o processo foi mais direto, bastando tabular as informações sobre parturição e sobrevivência dos filhos segundo o nível de rendimento da própria mulher.

Ainda há de se assinalar uma outra restrição que admitimos não exercer grande influência nos resultados, mas que deve ser considerada quando da sua interpretação. Isto é, algumas crianças descendem e convivem em famílias que tanto o pai como a mãe têm remuneração, e a nossa estimativa não considera esse fato. A mortalidade masculina decorre da mortalidade infanto-juvenil, classificada segundo a renda do homem que, na maioria dos casos é maior do que a da mulher. Pode-se argumentar que essa mortalidade depende da renda do casal e que assim a nossa estimativa estaria acima do nível real. No entanto, esses casos não são suficientemente numerosos para influenciar significativamente os resultados que, ademais, devem ser encarados como indicativos e não como estimativas pontuais e exatas da mortalidade.

É evidente que também se pode formular raciocínio e conclusões semelhantes com referência às estimativas da mortalidade feminina, que se originam da mortalidade infanto-juvenil das crianças segundo o nível de remuneração das mulheres. Neste caso, poder-se-ia admitir que a distância entre a nossa estimativa e a mortalidade real é maior do que a observada entre os homens.

É evidente que os resultados constituem estimativas da mortalidade infanto-juvenil de crianças cujo pai ou mãe tem rendimentos naquela categoria. A equivalência entre essa mortalidade e a adulta se dá através da relação linear entre as transformações logitais da mortalidade do grupo e da mortalidade padrão. Em termos demográficos, isso significa entre outras coisas:

1) que para cada grupo de população corresponde uma mortalidade infanto-juvenil e, conseqüentemente, uma tábua de vida e uma vida média ao nascer;

2) que a mortalidade dos pais se relaciona com a mortalidade dos filhos;

3) que não houve nenhuma alteração de fecundidade e de mortalidade em anos próximos a 1980 que pudessem alterar significativamente essa relação.

#### VII. A MORTALIDADE DOS DIVERSOS GRUPOS

As estimativas da vida média ao nascer para a população masculina e feminina por lugar de residência segundo classes de rendimentos apresentam-se na Tabela 1.

Os dados apontam, como poder-se-ia esperar frente a outros estudos e conhecimentos nessa área: i) que a mortalidade diminui conforme aumenta a remuneração; ii) que a mortalidade masculina é maior do que a feminina; iii) que a mortalidade da população masculina urbana com rendimentos menores que 2 salários mínimos é maior do que a das pessoas do mesmo sexo e mesma classe de renda no meio rural; e iv) que a mortalidade das mulheres urbanas é igual ou menor do que a das mulheres do meio rural.

Tabela 1

VIDA MÉDIA AO NASCER SEGUNDO CLASSE DE RENDA  
POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO  
BRASIL - 1980

Classe de Renda	Homem			Mulher		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Até 1/2	48,44	52,61	51,74	56,47	55,98	56,25
1/2 a 1	51,86	55,26	54,05	60,08	59,26	59,91
1 a 2	57,37	59,41	58,14	64,03	63,90	64,02
2 a 5	62,31	62,45	62,35	69,12	65,94	68,99
5 e +	67,69	65,51	67,49	72,94	67,77	72,79
S/R	55,16	53,64	54,21	63,83	62,21	63,17
Total	59,93	57,36	58,97	63,50	61,73	62,88

Embora indicativas, essas estimativas também manifestam a influência do rendimento sobre a mortalidade. Entre os homens, a vida média apresenta uma variação de 48,4 anos (entre homens percebendo até 1/2 salário mínimo nas áreas urbanas) e 67,6 anos entre os que percebem 5 ou mais salários mínimos mensalmente. Entre as mulheres, esse indicador varia de 56,0 a 72,9 anos entre as rurícolas percebendo até 1/2 salário mínimo e as integrantes da classe de 5 ou mais salários mínimos nas áreas urbanas.

#### VIII. POPULAÇÃO E RENDA EM 1980

O Censo Demográfico de 1980 apontou que 46,3 milhões de pessoas com 10 anos e mais de idade auferiam alguma remuneração em moeda pelo desempenho de atividade econômica, aplicação financeira, aposentadoria, pensão ou investimento. Esse contingente representava 38,9% da população de 10 anos ou mais de idade no mesmo ano e indica que, durante 1960/80, a população integrante do mercado monetizado cresceu mais rapidamente do que a população total. O expressivo aumento dessa população reflete, por um lado, a vitalidade econômica da sociedade e, por outro, a forte pressão demográfica durante o período. Os censos apontam que, enquanto a população nacional aumentou em 49,0 milhões de pessoas durante os 20 anos, o contingente percebendo remuneração aumentou em 26,4 milhões, parcela que representa 53,9% do incremento populacional total desses anos. Dados da PNAD 85 apontam que esse contingente continuou crescendo nos primeiros cinco anos da década de 80, constituindo-se em 43,3% da população de 10 anos ou mais de idade no ano da pesquisa, percentual 4,4 pontos superior ao observado cinco anos antes.

Se essas informações dão indicações do forte dinamismo da economia nacional ao absorver e integrar contingentes numericamente crescentes no mercado, o mesmo não pode concluir ao observar como se deu a distribuição pessoal da renda durante o mesmo período. Apenas para ilustrar a perversidade dessa distribuição, é suficiente observar que o coeficiente de Gini evoluiu crescente e continuamente de aproximadamente 0,52 em 1960 para 0,58 em 1980 e 0,60 em 1985.

Além da crescente concentração de renda, o número de pobres aumentou continuamente, apontando sérias distorções e ineficácia social no processo de desenvolvimento, agravado após 1980 com a recessão que assolou a economia, provocando dramática diminuição dos salários reais. Isto é, a crise durante os

anos 80 apresentou-se com um caráter socialmente perverso sem precedentes na história nacional, ao provocar simultaneamente a continuação da concentração da renda com a perda do valor dos salários, resultando, aparentemente, em dois fenômenos complementares ou causais: i) aumento de pessoas na economia monetizada como estratégia de sobrevivência; ii) resultados monetários praticamente anulados no seio familiar, em decorrência da diminuição dos salários reais.

A colocação desse quadro se torna necessária na medida em que este estudo se refere ao ano de 1980, início de um período de crise, que se estendeu por toda a década e exerceu forte influência no mercado de trabalho e no nível de remuneração da força trabalhadora.

#### IX. SEXO, IDADE E RENDA

Os dados sobre o nível de rendimento da população por sexo e local de residência evidenciam a influência dessas variáveis na participação da população no mercado monetizado (gráfico em anexo). As taxas de participação foram obtidas pela divisão entre o número de pessoas de cada sexo, grupo de idades e local de residência pela população total do mesmo grupo de idades. Assim, elas representam a porcentagem de pessoas do grupo de idades pertencendo simultaneamente a uma área e a uma classe de renda.

A apreciação dessas taxas permite perceber desde logo a existência de duas dinâmicas distintas de incorporação da população ao mercado segundo dois grupos de renda. De um lado, observam-se sinais de incorporação crescente de pessoas em idades maduras nas duas classes de menor renda. Do outro lado e nas outras três classes de renda, observa-se como característica básica uma elevação rápida das taxas de participação até um máximo em idade adulta jovem, seguida de declínio contínuo, conforme avança em idade. Esse padrão reflete a ocorrência de entradas de pessoas nessas classes de 15-35 anos de idade para os homens, seguida de saída contínua de pessoas dessas classes.

Aparentemente, ocorre a mesma dinâmica segundo idades entre as pessoas do mesmo sexo nas áreas urbana e rural e para cada nível de rendimento, o que se reflete em padrões semelhantes de taxas por idades.

A diferença mais marcante entre os padrões etários de participação masculina e feminina ocorre na classe de 5 e + salários mínimos, apontando uma

diferença significativa entre os processos de incorporação e saída de homens e mulheres nessa categoria de rendimentos.

As taxas femininas se elevam continuamente até idades próximas a 30 anos e se mantêm praticamente estáveis nas idades seguintes. As taxas masculinas também se elevam até os 30 anos, mantêm-se estáveis entre os 30 e os 50 anos, quando inicia rápida diminuição. Isto é, ocorre um processo semelhante de incorporação entre os dois sexos até os 30 anos. Após esta idade, praticamente não há nem entradas nem saídas de mulheres. Entre os homens, no entanto, há numerosas saídas após os 50 anos de idade.

#### X. PERFIL DE VIDA MONETÁRIA DA POPULAÇÃO

A aplicação da tábua de permanência permite estimar o perfil de vida monetária da população, que consiste no tempo médio de vida que uma população teórica passaria nas diversas classes ou grupos, se fosse submetida simultaneamente aos níveis e padrões de mortalidade e de participação da população nessas classes, tal como apreendido no momento do censo.<sup>1</sup>

A Tabela 2 apresenta esse perfil para a população masculina e feminina entre os 10 e os 70 anos de idade em 1980.

---

<sup>1</sup>Essa concepção é uma extensão de conceito que propusemos há alguns anos quando participamos de uma equipe coordenada por Dudley Seers na OECD, para estudar e implantar sistemas de contabilidade social. Naquela oportunidade, o grupo adotou um conceito de Perfil de Vida (Life Profile). Esse indicador consiste em avaliar como uma população passaria sua vida se submetida a determinada lei de mortalidade, exposição de educação e participação no mercado de trabalho.

Tabela 2

PERFIL DE VIDA SEGUNDO CLASSES DE RENDA  
 POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ENTRE 10 E 70 ANOS DE IDADE  
 BRASIL - 1980

Classe de Renda	Homem			Mulher		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Até 1/2	1,36	2,28	3,64	3,16	1,44	4,60
1/2 a 1	3,96	4,38	8,34	3,96	0,71	4,67
1 a 2	8,39	3,83	12,22	4,35	0,30	4,65
2 a 5	9,79	1,90	11,69	2,99	0,10	3,09
5 e +	6,44	0,60	7,04	1,40	0,02	1,42
Monetizada	29,92	12,99	42,93	15,36	2,57	18,43
S/R	5,62	3,33	3,33	23,36	12,12	35,72
Global	35,54	16,32	51,87	38,48	15,17	54,15

Embora os homens tenham uma vida média global (51,87 anos) menor do que as mulheres (54,15 anos), a sua vida monetizada é expressivamente superior à feminina. Os primeiros passariam 42,93 anos (entre 10 e 70 anos de idade) nesse mercado, enquanto as mulheres apenas 18,43 anos. Os dados também refletem com propriedade a diferença de oportunidade das populações urbanas e rural de participarem do mercado. As mulheres residindo no meio urbano passam 40% da vida recebendo alguma remuneração, enquanto as residentes no campo, apenas 17%. Os homens urbanos passam 84% do período entre 10 e 70 anos de idade percebendo alguma remuneração e os rurícolas do mesmo sexo passam 80% desse tempo na mesma situação.

A mesma tabela salienta as amplas divergências de rendimentos entre homens e mulheres, entre os contingentes urbanos e rurais, e como as oportunidades femininas de remuneração aumentam expressivamente no meio urbano em relação ao meio rural. Uma população teórica masculina residindo em áreas urbanas e exposta a taxas de participação e mortalidade prevalecentes em 1980 passaria aproximadamente 27% de sua vida com rendimento entre 2 a 5 salários mínimos, enquanto um contingente igualmente teórico de rurícolas do mesmo sexo usufruiriam esse rendimento apenas durante 11,6% de sua vida entre os 10 e 70 anos. Um contingente feminino, submetido a taxas femininas observadas no

campo, passaria 92,5% de suas vidas sem rendimentos ou auferindo menos de 1/2 s.m., enquanto se exposto a taxas do meio urbano, passaria 67,2% da sua vida entre os 10 e 70 anos na mesma situação monetária.

#### XI. VIDA MÉDIA NA CLASSE DE RENDA

Anteriormente foi simulada a situação hipotética de uma geração de pessoas submetida simultaneamente às leis de mortalidade e participação de todas as classes de renda gerando um indicador que se denominou de "Perfil de Vida Monetária" da população. Esse indicador resume sinteticamente todas as situações, mas não responde a uma indagação que tem relação com a realidade concreta: qual a vida média ou tempo médio de permanência de cada contingente na respectiva classe de rendimento?

Esse tempo pode ser estimado a partir de qualquer idade e representa o número de anos que uma geração permaneceria percebendo aquela remuneração, se ficasse exposta, a partir daquela idade, às taxas de participação e de mortalidade observadas para aquele grupo. Portanto, esse indicador reflete o nível e ritmo de entradas e saídas na classe, incluindo as saídas por morte.

A Tabela 3 apresenta esse indicador por sexo e situação do domicílio segundo classes de renda entre os 12,5 e 72,5 anos de idade. Para a obtenção dessas estimativas, admitiu-se não haver mais ninguém em atividade a partir dos 72,5 anos de idade, o que implicou admitir a hipótese de que todas as pessoas de 65-69 anos sairiam da classe durante os cinco anos posteriores. Isto significa que se uma geração entrasse numa classe aos 12,5 anos e ali permanecesse até e os 72,5 anos, passaria 60 anos.

Tabela 3

VIDA MÉDIA DE PERMANÊNCIA NA CLASSE SEGUNDO A CLASSE DE RENDA  
 POR SEXO E A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ENTRE 12,5 E 72,5 ANOS DE IDADE  
 BRASIL - 1980

Classe de Renda	Homem			Mulher		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Até 1/2	31,82	37,56	33,48	41,17	38,54	40,20
1/2 a 1	40,47	44,50	42,15	43,15	42,57	42,56
1 a 2	36,79	47,62	41,31	38,11	44,02	38,44
2 a 5	43,48	48,38	45,07	43,83	49,60	44,03
5 e +	49,57	49,93	49,66	50,93	52,00	50,99
S/R	7,66	7,95	7,90	36,69	35,06	35,87

Nota: Constituem aproximações e por isso a vida média para o total não se situa entre os valores das vidas médias urbana e rural.

Tendo em vista que a população está sujeita à mortalidade, que difere segundo classes de rendas, áreas e sexo, o grupo permanece nas classes de renda menos tempo do que 60 anos, dependendo do nível de sobrevivência (tábua de vida) a que está exposto. Finalmente, se houver mobilidade de pessoas dessa classe para outras incluindo movimentos de saídas do mercado, o tempo médio de permanência será menor do que a vida média da tábua de vida da classe.

O tempo de permanência dos homens auferindo remuneração é levemente maior que o das mulheres no meio urbano e rural, apesar de terem maior mortalidade. No entanto, a população masculina permanece menos tempo do que as mulheres nas duas menores classes de renda no meio urbano e, inversamente, permanecem mais tempo nessas classes do que as mulheres do meio rural. Isto ocorre porque no meio urbano os homens têm maior mobilidade nessas classes de renda do que as mulheres, enquanto no meio rural se dá o contrário, tendo as mulheres maior mobilidade.

O tempo médio de permanência nas classes aumenta conforme aumenta a renda, principalmente por causa de diferenças entre os padrões etários de participação da população e da mortalidade que é menor entre as pessoas de



maior renda.

## XII. OS MOVIMENTOS DE ENTRADA E SAÍDA

As duas tabelas que seguem apresentam as taxas de entrada e saída da população masculina e feminina, segundo classes de renda de acordo com a sua situação domiciliar. A primeira linha de cada classe aponta as taxas da população total, enquanto a segunda e a terceira linha apresentam as taxas para o contingente urbano e rural, respectivamente.

Essas tabelas permitem observar acentuadas diferenças entre os níveis de eventos, tanto segundo os sexos como entre os contingentes urbanos e rurais, e permitem identificar claramente um padrão básico de movimentos entre os homens e outro padrão básico entre as mulheres, independentemente de suas áreas de residência.

Enquanto os homens se ofertam ao mercado prática e continuamente até os 40 anos de idade, as mulheres o fazem quase totalmente só até os 20 anos e moderada e continuamente após os 35, apontando um reengajamento de parcela da mão-de-obra desse sexo no mercado após esta idade, particularmente no meio rural.

Os fluxos de saída masculina da categoria Sem Rendimento para o mercado ocorrem praticamente até os 40 anos de idade, atingindo seus maiores valores nos três grupos quinquenais entre 15 e 30 anos, passando por um máximo de 66,59% entre 15-19 anos de idade.

Tanto do meio urbano como no rural, observam-se novas entradas de população masculina com idades acima dos 30 anos nas duas classes de menor renda (até 1/2 salário mínimo e de 1/2 a 1 salário mínimo), refletindo, aparentemente, dois fenômenos simultâneos: entrada retardada de novas pessoas desse sexo no mercado e um movimento de homens que rebaixam de renumeração.

A tabela contendo as taxas de entradas e saídas entre os homens configura intervalos etários bem definidos de dominância de cada um desses movimentos. Até os 25 anos de idade ocorrem predominantemente fluxos ascensionais de renda, com um movimento ou mobilidade de pessoas das duas classes de menor renda para as outras duas classes de renda mais elevadas. A proporção de homens que efetua essa mobilidade diminui de intensidade até se configurar movimento inverso a partir dos 30 anos, quando parcela de homens

TABELA 4  
 TAXAS DE MOVIMENTO LIQUIDO SEGUNDO CLASSE DE RENDA POR GRUPO DE IDADES  
 BRASIL 1980/1985  
 HOMEM  
 (%)

CLASSE DE RENDA		GRUPOS ETARIOS										
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
ATE 1/2	t	3,96	-47,64	-18,13	-0,53	0,33	0,26	0,25	0,98	1,69	3,12	9,55
	u	1,77	-69,00	-37,76	-3,29	0,13	0,21	0,23	0,51	0,80	1,68	4,56
	r	2,19	-24,18	-9,31	0,01	0,19	0,05	0,02	0,47	0,88	1,43	4,96
1/2 A 1	t	16,65	-6,07	-18,54	-3,96	0,94	0,74	0,80	1,58	2,19	2,50	0,61
	u	10,84	-24,54	-35,80	-9,71	0,40	0,73	0,75	1,38	1,51	2,09	0,89
	r	5,81	1,90	-0,38	-0,05	0,54	0,00	0,05	0,19	0,67	0,39	-2,87
1 A 2	t	17,05	14,85	-12,53	-6,10	-1,59	-0,61	-1,36	-1,35	-1,43	7,10	-13,03
	u	14,09	10,83	-21,01	-10,78	-4,85	-1,00	-0,10	-0,09	-0,60	6,78	-17,40
	r	2,96	4,02	1,27	0,43	0,45	0,00	-3,65	3,31	-3,04	-7,74	-4,22
2 A 5	t	3,14	18,92	9,37	0,29	-4,50	-3,94	-3,96	-7,51	-8,95	-12,35	21,56
	u	2,76	17,13	7,82	-1,61	-7,13	-5,34	-5,11	-8,00	-9,83	-12,23	21,21
	r	0,39	1,79	1,55	0,74	0,51	0,16	0,07	-5,37	-5,27	-12,82	-22,98
5 e +	t	0,22	3,85	9,06	3,98	1,60	0,69	0,18	-1,91	-10,12	15,45	-19,87
	u	0,18	3,59	8,55	3,58	1,37	0,50	0,00	-2,50	-10,76	-15,87	-19,16
	r	0,04	0,26	0,51	0,40	0,23	0,19	0,18	0,07	-4,23	-11,82	-25,68
C/R	t	41,04	31,17	9,77	1,87	1,01	0,34	-0,28	-0,18	-0,56	-1,35	0,95
	u	29,66	24,47	6,84	0,30	-1,34	-0,10	-0,36	-0,47	-2,37	2,76	-4,05
	r	11,39	6,70	2,93	1,57	1,92	0,40	0,09	0,14	0,99	0,47	3,25
S/R	t	-46,55	-66,27	-61,70	-30,94	-24,35	-10,79	0,26	0,17	0,51	0,12	-20,38
	u	46,82	-6,07	-18,54	-3,96	28,92	19,78	0,00	4,71	0,00	0,00	15,33
	r	-46,10	-63,70	-61,17	-39,77	-15,94	0,04	-24,11	0,27	0,23	0,40	-28,69

TABELA 4a  
 MOVIMENTO ESPERADO SEGUNDO CLASSES DE RENDA E GRUPO DE IDADE  
 BRASIL 1980/1985  
 HOMEM  
 (mil pessoas)

CLASSE DE RENDA		GRUPO DE IDADE										
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
ATE 1/2	ti	283,3	-349,7	-59,2	-1,2	12,4	8,0	7,1	23,5	34,8	49,7	115,6
	ui	126,7	-264,8	-37,8	-1,7	5,0	6,4	6,5	12,5	16,4	26,8	55,2
	ri	156,6	-84,9	-21,4	0,5	7,4	1,6	0,6	11,0	18,4	22,9	60,4
1/2 A 1	ti	1191,3	-80,6	-195,8	-27,7	35,8	23,1	22,7	36,1	45,1	39,9	7,5
	ui	775,5	-207,7	-193,0	-27,4	15,3	22,9	21,3	31,5	31,1	33,4	10,9
	ri	415,8	127,1	-2,8	-0,3	20,5	0,2	1,4	4,6	14,0	6,5	-3,4
1 A 2	ti	1220,2	996,0	-235,3	-82,3	-16,3	-5,0	-10,2	-7,8	-7,1	-26,2	32,5
	ui	1008,1	726,1	-306,9	-101,9	-33,2	-5,3	-0,5	-0,4	-2,0	-16,5	-29,1
	ri	212,1	269,9	71,6	19,6	16,9	0,3	-9,7	-7,4	-5,1	-9,7	-3,4
2 A 5	ti	225,0	1268,8	531,8	15,1	-54,2	-37,1	-32,6	-47,3	-45,1	42,7	-47,8
	ui	197,3	1148,7	444,1	-20,8	-73,7	-42,0	-34,6	-40,9	-40,1	-33,8	-37,8
	ri	27,7	120,1	87,7	35,9	19,5	4,9	2,0	-6,4	-5,0	-8,9	-10,0
5 e +	ti	15,4	258,0	514,2	183,0	60,9	21,5	5,1	-8,4	-38,1	-39,8	-31,7
	ui	12,8	240,8	485,3	166,3	52,3	15,6	0,0	-10,0	-36,6	-36,6	-27,3
	ri	2,6	17,2	28,9	16,7	8,6	5,9	5,1	1,6	-1,5	-3,2	4,4
SOMA	ti	2935,2	2092,5	555,7	86,9	38,6	10,5	-7,9	-3,9	-10,4	-19,1	11,1
	ui	2120,4	1643,1	391,7	14,5	-34,3	-2,4	-7,3	-7,3	-31,2	-26,7	-28,1
	ri	814,8	449,4	164	72,4	72,9	12,9	-0,6	3,4	20,8	7,6	39,2
S/R	ti	-2934,1	-2086,6	-554,7	-86,8	-38,5	-10,5	7,5	3,9	10,4	18,7	11,1
	ui	-1869,3	-1345,4	-335,2	-41,8	-29,6	-11,8	16,1	-2,2	5,7	12,4	-5,2
	ri	-1065,1	-741,5	-219,5	-45,0	-8,9	1,2	-8,6	6,1	4,8	6,3	-5,9

TABELA 5  
 TAXAS DE MOVIMENTO LIQUIDO SEGUNDO CLASSE DE RENDA POR GRUPO DE IDADES  
 BRASIL 1980/1985  
 MULHER  
 (%)

CLASSE DE RENDA		FAIXA ETARIA										
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
ATE 1/2	tl	5,68	-34,25	-20,27	0,29	0,65	0,60	0,61	1,01	1,64	3,39	9,29
	ul	4,39	-38,38	-24,35	0,13	0,38	0,44	0,47	0,73	1,08	2,36	5,29
	rl	1,30	-20,78	-9,95	0,16	0,26	0,16	0,15	0,28	0,56	1,03	4,00
1/2 A 1	tl	7,25	1,11	-21,27	-0,51	0,56	0,61	0,53	0,93	1,01	1,91	1,77
	ul	6,39	1,05	-22,84	-2,29	0,41	0,54	0,51	0,87	0,91	1,69	1,08
	rl	0,86	0,06	-10,50	0,11	0,15	0,07	0,02	0,07	0,10	0,25	0,69
1 A 2	tl	7,57	5,56	-17,80	-7,56	-3,59	-4,37	-8,45	7,06	-8,41	2,93	-11,51
	ul	7,11	5,34	-18,28	-7,95	-3,38	-4,46	-8,60	-7,15	-8,60	2,67	-11,68
	rl	0,46	0,22	-9,50	-1,47	-0,85	-3,16	-6,30	5,88	-5,88	-6,41	-9,50
2 A 5	tl	1,16	5,56	1,77	-5,66	-10,00	-7,94	-6,51	-6,02	-5,06	-1,68	11,45
	ul	1,11	5,44	1,72	-5,91	-10,34	-8,11	-6,73	-6,11	-4,50	-4,36	-11,76
	rl	0,05	0,12	0,05	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 e +	tl	0,05	0,82	2,05	0,74	-5,13	-2,54	0,35	0,51	2,70	8,11	7,80
	ul	0,05	0,80	2,02	0,73	-5,26	-2,58	-0,38	0,80	-2,77	-8,00	-7,90
	rl	0,00	0,01	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	-14,94	2,71
SOMA	tl	21,73	9,38	-5,41	-0,93	-0,41	0,13	0,25	0,96	1,63	1,68	9,69
	ul	19,06	9,49	-5,13	-1,92	-1,80	-0,24	-0,72	0,64	1,01	3,46	4,96
	rl	2,66	-2,62	-7,62	0,28	0,42	0,20	0,13	0,31	0,62	1,22	4,71
S/R	tl	-23,33	-13,15	2,04	0,33	0,14	-0,20	0,09	1,51	-2,64	7,87	18,03
	ul	-23,60	-13,48	2,72	0,15	-3,12	0,04	0,93	0,25	-3,51	8,70	17,81
	rl	-22,86	-12,92	-3,00	0,18	1,45	-0,72	3,65	-5,41	-0,91	-6,28	18,44

TABELA 5a  
 MOVIMENTO ESPERADO SEGUNDO CLASSES DE RENDA E GRUPO DE IDADE  
 BRASIL 1980/1985  
 MULHER  
 (mil pessoas)

CLASSE DE RENDA		GRUPO DE IDADE										
		10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
ATE 1/2	t	403,2	-250,8	-82,9	13,9	25,1	19,4	17,6	23,7	34,1	53,7	116,5
	u	311,2	-215,1	-71,4	6,2	14,9	14,3	13,5	17,1	22,4	37,1	66,3
	r	92,0	-35,7	-11,5	7,6	10,2	5,1	4,1	6,6	11,7	16,3	50,2
1/2 A 1	t	514,7	76,0	-117,3	-1,8	21,9	19,7	15,2	21,9	20,9	30,6	22,2
	u	453,8	72,2	-110,0	-7,0	15,9	17,5	14,5	20,4	18,9	26,8	13,5
	r	61,0	3,8	-7,3	5,2	6,0	2,2	0,7	1,5	2,0	3,8	8,7
1 A 2	t	537,5	382,0	-141,4	-40,5	-14,4	-14,0	-22,9	-14,3	-13,8	-2,3	9,9
	u	504,7	366,9	-137,2	-40,1	-14,1	-13,3	-21,7	-13,5	-13,2	2,8	9,3
	r	32,9	15,1	-4,1	-0,4	-0,3	-0,7	-1,2	-0,8	-0,6	-0,5	-0,6
2 A 5	t	82,0	381,5	103,6	-23,1	-31,1	-18,4	-12,3	-8,7	-6,0	-4,0	7,3
	u	78,8	373,1	100,4	-23,5	-31,3	-18,2	-12,3	-8,5	-5,7	-3,6	7,2
	r	3,2	8,4	3,2	0,4	0,2	-0,2	0,0	-0,2	-0,3	0,4	0,1
5 e +	t	3,7	56,1	119,8	35,7	-7,3	-2,8	0,3	-0,4	-1,8	1,1	2,8
	u	3,5	55,2	118,2	35,0	-7,4	-2,8	0,4	-0,6	-1,9	1,0	2,8
	r	0,2	0,9	1,5	0,7	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
SOMA	t	1541,1	644,8	-118,2	-15,8	-5,8	3,9	-2,7	22,2	33,4	72,9	116,7
	u	1352,0	652,3	-100,0	-29,4	-22	-2,5	-6,4	14,9	20,5	53,8	60,5
	r	189,3	-7,5	-18,2	13,5	16,2	6,4	3,7	7,3	12,9	19,1	58,2
S/R	t	-1541,1	-643,8	119,0	15,9	5,5	-4,1	2,5	-22,6	-33,9	-74,2	-121,9
	u	-993,7	-412,8	158,7	7,1	-51,0	1,3	26,8	5,8	-30,0	53,9	-78,5
	r	-548,1	-231,0	39,7	8,8	56,5	-5,4	-24,3	28,2	-3,9	20,3	43,4



percebendo de 2 a 5 salários mínimos migra para classes de menor renda. A partir dos 50 anos esse tipo de refluxo parece atingir os contingentes que auferiam maiores rendimentos e situados na classe de 5 ou mais salários mínimos.

Não contamos com informações para elucidar as causas subjacentes a esses movimentos de redução dos rendimentos após os 50 anos de idade. Mas não parece temerário admitir que isso se relacione intimamente com a aposentadoria, benefício previdenciário reconhecidamente baixo. Esse fato pode explicar, pelo menos parcialmente, as novas entradas em classes de renda baixa, que seriam constituídas por pessoas que reingressariam no mercado para complementar a aposentadoria e a renda familiar.

As estimativas dos movimentos da população urbana e rural não demonstram haver diferença expressiva entre a estrutura desse sexo, embora sejam marcadamente maiores os níveis e intensidade dos movimentos entre a primeira. Enquanto 68,41% dos urbanitas com 15-19 anos de idade percebendo até 1/2 salário mínimo movimentam para outra classe, apenas 24,01% dos rurícolas do mesmo subgrupo fazem esse movimento, por exemplo.

A entrada das mulheres no mercado monetizado está intimamente associada tanto a oportunidades de emprego como a normas e valores da sociedade. A tabela aponta que essas entradas se dão quase totalmente até os 20 anos de idade, atingindo um máximo de 23,46% no grupo 10-14 anos. Entre os 20-34 anos essas entradas praticamente se interrompem, para voltarem a ocorrer crescentemente após os 35 anos, atingindo valores relativamente elevados após os 55 anos.

As estimativas contidas na tabela permitem concluir: i) que ocorrem movimentos de elevação de renda para uma parcela da população feminina entre os 20 e 30 anos de idade, resultando num aumento dos contingentes com rendimento superior a 2 salários mínimos; e ii) a partir dos 30-35 anos começa a se registrar um movimento de pessoas desse sexo, que aparentemente caem na escala de rendimentos. Estes movimentos de descenso de status são acompanhados pelo surgimento de novos fluxos de mulheres que se ofertam crescentemente no mercado monetizado (ou de trabalho remunerado).

Dinâmica semelhante é observada entre as mulheres residindo nas áreas urbanas e nas rurais. Entretanto, esses movimentos e mobilidade são acentuadamente menores entre as segundas do que entre as primeiras, indicando

que a urbanização tanto abre oportunidades para o engajamento das mulheres no setor produtivo e no mercado monetizado, como lhes aumenta as possibilidades de mobilidade social.

Embora sendo difícil resumir todos os aspectos da dinâmica da população no mercado monetizado, os dados até aqui permitem fazer a seguinte síntese:

1) Um grupo expressivo de pessoas, particularmente no meio urbano, inicia a vida monetizada com baixos níveis de rendimento em idades relativamente jovens. À medida que o tempo passa, parcela desse contingente se desloca para outras categorias, restando uma parcela que, por não ter chances de aumentar seus rendimentos, permanece na classe até o final de sua vida produtiva. Por outro lado, ocorrem novas entradas de pessoas em idades adultas nessas faixas de rendimentos que, somado ao grupo anterior, permanecerão praticamente até os 70 anos de idade percebendo baixo nível de remuneração. Isto é, o grupo de adultos idosos com baixa renda é constituído por uma parcela de pessoas que passa toda sua vida, desde a juventude, nessa categoria e de um grupo que ingressa no mercado já com idade madura, provavelmente para complementar a renda familiar;

2) a menor classe de rendimento, particularmente para os homens no meio urbano, parece ser aquela de maior transição ou mobilidade, dando a impressão de que parte significativa da mão-de-obra desse sexo aceita iniciar sua vida produtiva com baixos níveis de remuneração, para depois passar para outra classe de maior renda;

3) na classe de 1 a 2 salários mínimos no meio urbano a dinâmica de entradas e saídas parece ser significativa para ambos os sexos. É nessa classe que se dá a maior diferença entre a vida média da tábua de vida e a permanência média na classe;

4) a quase totalidade das mulheres que ingressam no mercado monetizado, o faz até os 20 anos de idade;

5) a partir dos 35 anos, ocorrem novos e contínuos refluxos de oferta de mão-de-obra desse sexo, à medida que a idade aumenta, com taxas, no entanto, comparativamente baixas em relação às observadas entre os 10 e 20 anos de idade;

6) a exemplo do que ocorre entre os homens, há indícios de que após os 55 anos, há uma intensificação de refluxos de população feminina para as duas

classes de menor renumeração.

### XIII. MOVIMENTOS E MORTALIDADE

O tempo de permanência da população em uma classe de renda depende do nível da taxa de participação nessa classe e da mortalidade a que esse grupo está exposto. As taxas de saída e de entrada, no entanto, são altamente influenciadas pelo padrão etário das taxas de participação e, apenas modestamente, influenciadas pela mortalidade.

Na tabela abaixo, apresenta-se o tempo médio de permanência real e padronizado da população masculina e feminina em cada classe de renda, para avaliar qual seria o impacto de uma redução da mortalidade sobre esse indicador. Adotou-se como padrão para cada sexo a mortalidade do respectivo grupo de maior rendimento.

Tabela 6

VIDA MÉDIA DE PERMANÊNCIA NA CLASSE SEGUNDO A CLASSE DE RENDA  
POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ENTRE 12,5 E 72,5 ANOS DE IDADE  
MORTALIDADE PADRONIZADA - BRASIL - 1980

CLASSE DE RENDA	HOMEM			MULHER		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
Até 1/2	38,85	43,26	39,36	46,02	43,53	45,11
1/2 a 1	46,41	49,20	47,30	46,88	46,58	46,34
1 a 2	39,26	50,41	44,00	39,58	45,90	39,92
2 a 5	44,84	49,78	46,53	44,53	51,31	44,76
5 e +	49,57	50,63	49,72	50,93	53,34	51,03
S/R	7,91	8,25	7,91	38,02	36,91	37,61

Observa-se que, se a população masculina auferindo até 1/2 salário mínimo ficasse exposta à mortalidade do grupo mais rico, a sua vida média na classe aumentaria 17,6%, elevando-se para 39,36 anos. Padronização semelhante entre as mulheres, aumentaria em 12,2% o tempo de permanência das pessoas desse sexo na menor classe de renda.

A diferença entre o tempo médio de permanência, padronizado com a mortalidade para as diversas classes, refletem as diferenças entre o nível e



padrão etário das taxas de participação da população nessas classes de renda.

O impacto da diminuição ao da mortalidade sobre a dinâmica de cada grupo também pode ser extremamente importante, principalmente por diminuir as saídas por óbitos. Abaixo ilustra-se o efeito do declínio da mortalidade sobre a dinâmica do grupo masculino com rendimento até 1/2 salário mínimo.

De acordo com os dados censitários e com base na tábua de vida do grupo estimada com uma vida média (ou tempo de permanência) de 33,48 anos, os parâmetros da sua equação ao de equilíbrio:

$$r = E - S - Q$$

onde  $r$  = taxa de crescimento  
 $E$  = taxa de entrada  
 $S$  = taxa de saída  
 $Q$  = taxa de mortes

assumiam os seguintes valores:

$$0,171014 = 0,368580 - 0,145730 - 0,051836$$

Adotando a mortalidade do grupo com renda igual ou superior a 5 salários mínimos, esses parâmetros passam para:

$$0,203777 = 0,3728880 - 0,146485 - 0,022618$$

Isto é, o declínio da mortalidade expresso pelo aumento da vida média de 33,48 para 49,66 anos produziu um aumento de 19,1% no seu ritmo de crescimento, por causa de uma redução de 43,6% na taxa de óbitos, uma redução de apenas 0,52% na taxa de saída e um aumento de 1,16% na taxa de entrada.

#### XIV. MOBILIDADE SEGUNDO IDADES

A Tabela 7 aponta as taxas de mobilidade segundo grupos de idade e situação do domicílio para cada sexo. As mulheres contam com taxas globais maiores do que os homens, tanto no meio urbano como no rural. Esses movimentos são mais intensos nas áreas urbanas, indiferentemente do sexo.

Tabela 7

TAXAS DE MOBILIDADE SEGUNDO GRUPOS DE IDADE  
POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO  
BRASIL - 1980/1985  
(%)

Grupos de Idade	Homem			Mulher		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
15 - 19	12,17	19,29	7,81	12,85	12,96	12,23
20 - 24	10,27	15,50	1,64	15,46	16,19	9,47
25 - 29	2,55	4,80	0,02	3,80	4,60	0,22
30 - 34	1,93	4,11	-	3,83	4,33	0,19
35 - 39	1,39	2,24	-	3,09	3,45	0,62
40 - 44	1,54	1,83	1,74	3,49	3,90	0,88
45 - 49	2,85	3,32	2,01	2,81	3,15	0,87
50 - 54	4,59	5,79	1,90	2,87	3,22	0,84
55 - 59	7,22	8,52	4,50	1,90	2,04	1,09
60 - 64	9,97	12,55	5,69	3,72	4,30	0,79
TOTAL	5,24	7,97	2,07	6,80	7,30	3,89

O padrão etário difere marcadamente entre homens e mulheres mas se assemelha nas áreas urbanas e rurais para o mesmo sexo, sugerindo que os fatores que influenciam esses movimentos são de mesma natureza nas duas áreas.

Essas estimativas corroboram algumas hipóteses formuladas quando da análise dos movimentos de entradas e saídas e apontam que uma parte expressiva da mão-de-obra jovem, que inicia suas atividades com baixo nível de remuneração, deverá encontrar-se num patamar mais elevado de rendimento após cinco anos, em decorrência de uma mobilidade ascensional, na hipótese de constância na situação observada no ano do censo. Essa mobilidade positiva é comum tanto na área urbana como na rural, embora mais expressiva na primeira. Estima-se que, nessas circunstâncias, 19,3% dos homens urbanos e 7,8% dos rurais de 15-19 anos em 1980 estarão percebendo melhores rendimentos em 1985. Entre as mulheres, esse movimento será efetuado teoricamente por uma parcela em torno de 12%, tanto do contingente urbano como do rural na mesma faixa etária.

Essa mobilidade ascensional ainda ocorre num ritmo elevado (10,3%) entre a população masculina e (15,5%) feminina com 20-24 anos de idade em 1980, mas se reduz significativamente com a idade para ambos os sexos. Entre as mulheres, essas taxas se mantêm mais ou menos estáveis até o final da vida

remunerada e, entre os homens, voltam a se elevar após passar por um mínimo de 1,39% aos 35-39 anos até atingir 10% entre 60-64, refletindo agora um movimento de perda de remuneração para essas parcelas da população masculina.

É transparente que a maior parte da mobilidade tem um caráter positivo entre homens e mulheres, tanto no meio urbano como no rural, na medida em que as taxas declinam conforme aumenta a classe de renda. Concreta e objetivamente deve-se advertir, no entanto, que a maior parte desses movimentos ocorre para quem percebe menos de 1/2 salário mínimo, o que significa que se trata de mobilidade entre níveis de rendimento muito baixos e que, provavelmente, não chega a contribuir para a diminuição da pobreza relativa no país. (Tabela 8).

Tabela 8

TAXAS DE MOBILIDADE SEGUNDO A CLASSE DE RENDA  
POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO  
BRASIL - 1980/1985  
(%)

Classe de Renda	Homem			Mulher		
	T	U	R	T	U	R
Até 1/2	19,57	26,83	6,29	10,65	12,87	5,21
1/2 a 1	4,87	13,92	0,17	3,80	4,29	1,58
1 a 2	4,70	7,73	1,38	7,82	8,07	4,12
2 a 5	3,99	4,93	2,67	5,42	5,56	1,93
5 ou +	3,04	3,10	2,87	2,51	2,57	1,31
TOTAL	5,26	7,99	2,10	6,80	7,30	3,89

#### XV. CONCLUSÕES

Os resultados obtidos com a aplicação dos princípios da tábua de permanência nos dados censitários de 1980 sobre rendimentos da população são extremamente úteis, parecem consistentes e reveladores da situação no ano do levantamento estatístico.

Pode-se argumentar com base nas estimativas que a situação do mercado monetizado em 1980 refletia a ocorrência de uma mobilidade populacional entre classes de renda extremamente acentuada que, se mantida no tempo e se não fosse tão fortemente alimentada pela intensa dinâmica demográfica que se

observa no país, poderia contribuir para começar a diminuir o nível de pobreza e de concentração da renda.

Embora esse resultado seja extremamente importante sob o ponto de vista teórico e programático, não se pode perder de vista que a principal característica da situação econômica da população é, no entanto, a predominância de baixíssimos níveis de rendimento para a ampla maioria da população. Isto nos remete ao fato de que, concretamente, a mobilidade detectada e estimada neste trabalho trata, na verdade, de movimento de pessoas entre níveis de rendimentos muito baixos que, para a maioria das pessoas, consiste na obtenção de uma remuneração que representa tão-somente a sobrevivência física e frugal, sem nenhuma perspectiva concreta de aumento satisfatório de bem-estar ou possibilidades de participar do mercado de consumo de bens duráveis e desejáveis em sociedades em desenvolvimento.

As estimativas apontam que essa mobilidade é relativamente mais intensa entre as pessoas nos quadros urbanos do que nos rurais, bem como é mais intensa entre as mulheres do que entre os homens, principalmente porque estes têm menor movimentos no meio rural do que as mulheres.

Essa mobilidade, com todas as restrições que lhe cabem por se constituir fundamentalmente num movimento entre classes de rendimento muito baixo, ocorre mais expressivamente entre as pessoas mais jovens, isto é, aquelas na fase inicial da vida produtiva.

A leitura das estimativas também permitem constatar que há expressivo movimento de pessoas, particularmente homens, com 50 ou mais anos de idade, que efetuam movimentos para classes de menor renda, refletindo um "empobrecimento" com a idade, difícil de entender com os dados disponíveis.

O nível de carência e pobreza da população se reflete sobremaneira no fato claramente detectado de entradas de pessoas em idades avançadas em classes de renda que não ultrapassa a dois salários mínimos, sugerindo que os sistemas previdenciários não têm sido suficientemente eficazes para garantir a vida monetária dos idosos.

As migrações rurais-urbanas parecem constituir-se em um movimento que permite o aumento da renda dos migrantes, além de propiciar mais oportunidades de remuneração para as mulheres que efetuaram esses deslocamentos do que aquelas que permaneceram no campo. Curiosamente, os homens que permaneceram no

campo parecem ter, relativamente, menor mobilidade ascensional do que as mulheres que também permanecem no meio rural.

A experiência com este trabalho sugere a necessidade de repeti-lo com dados de outros anos, para se poder avaliar mais objetivamente a validade da metodologia empregada e observar variações temporais desses movimentos. A grande dificuldade para a sua realização sempre esbarrará na obtenção de estimativas da mortalidade para os grupos classificados segundo os rendimentos. Ainda assim, estamos inclinados a admitir a sua utilidade mesmo padronizando a mortalidade, já que o exercício efetuado apontou que um aumento de 48% na vida média reduzia apenas em 0,52% as taxas de saída e aumentava apenas em 1,16% as de entrada.

Também se pode admitir que o retiro de oferta de mão-de-obra em decorrência do ritmo de crescimento populacional deve exercer um efeito contrário ao observado com a mobilidade entre as classes de renda e existente implicitamente na distribuição de rendimentos captados pelo censo. As estimativas sugerem que, se não houvessem novas entradas por questões demográficas, poderia ocorrer uma leve desconcentração da renda. Portanto, esse efeito concentrador da renda motivado pela entrada maciça de jovens no mercado monetizado somente será abrandado ou anulado se essa população estiver melhor qualificada do que hoje.

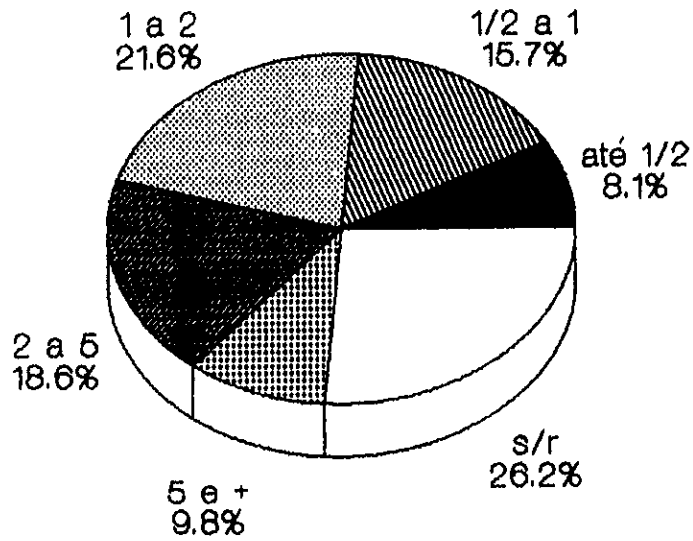
Enfim, embora sem incursionar na análise da influência do processo demográfico sobre a questão da distribuição da renda e da mobilidade, os resultados permitem admitir, com uma hipótese plausível de ser confirmada, que o rápido crescimento populacional contribui acentuadamente para a manutenção do status quo, ao alimentar continuamente um mercado pobre e abundante em mão-de-obra que, por isso mesmo, se submete a ingressar no mercado por um preço aviltante de sua força de trabalho.

A realização deste trabalho com dados de 1980, sabendo-se das crises que se precipitaram após 1982, tira-lhe um pouco do seu caráter prático, na medida em que a situação pode ter-se alterado significativamente. Mas, ao mesmo tempo, propicia o desafio de repeti-lo para avaliar exatamente como essas crises influenciaram na mobilidade entre classes de renda.

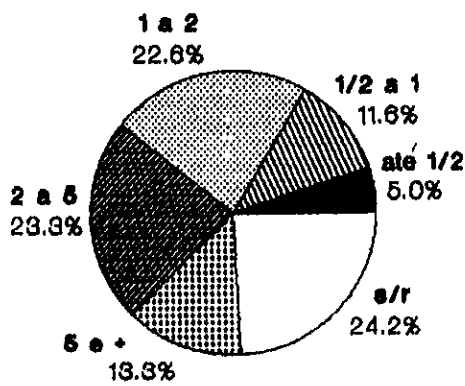
ANEXORELAÇÃO DE GRÁFICOS

- População segundo classes de renda. Homem
- População segundo classes de renda. Mulher
- Taxas de atividade segundo classes de renda por grupos de idade. Homem
- Taxas de atividade segundo classes de renda por grupos de idade. Homem urbano/Homem total
- Taxas de atividade segundo classes de renda por grupos de idade. Homem rural/Homem total
- Taxas de atividade segundo classes de renda por grupos de idade. Mulher
- Taxas de atividade segundo classes de renda por grupos de idade. Mulher urbana/Mulher total
- Taxas de atividade segundo classes de renda por grupos de idade. Mulher rural/Mulher total
- Taxas de mobilidade segundo classe de renda por situação de domicílio. Homem
- Taxas de mobilidade segundo classe de renda por situação de domicílio. Mulher
- Taxas de mobilidade segundo grupos de idade por situação de domicílio. Homem
- Taxas de mobilidade segundo grupos de idade por situação de domicílio. Mulher
- Movimento populacional por grupos de idade segundo classes de renda. Homem com e sem rendimento
- Movimento populacional por grupos de idade segundo classes de renda. Mulher com e sem rendimento

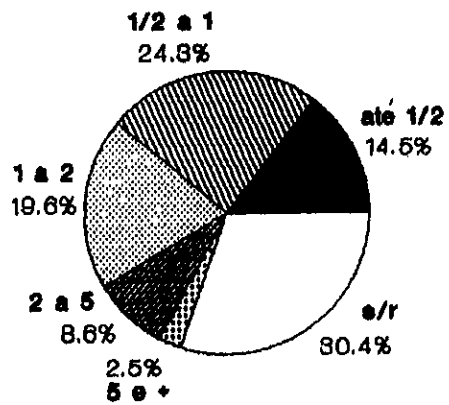
# POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES DE RENDA HOMEM



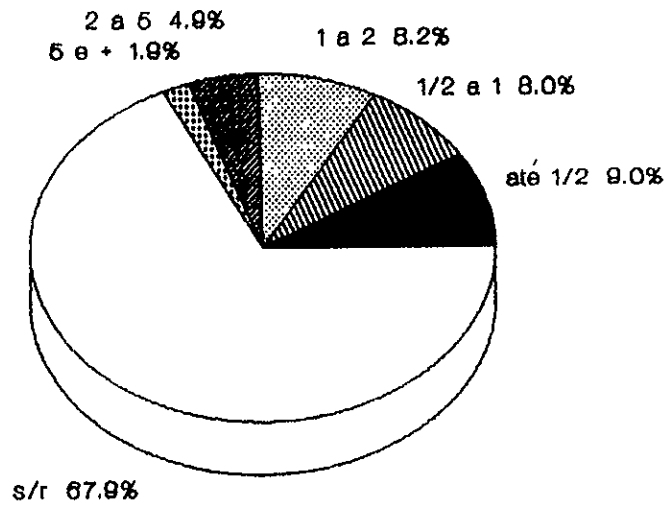
## URBANO



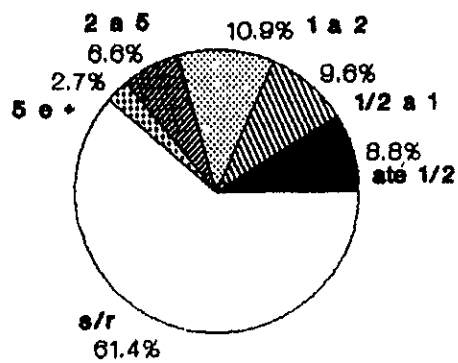
## RURAL



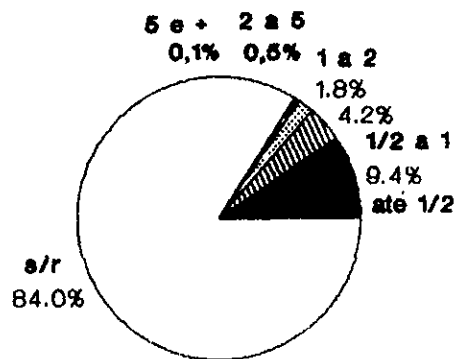
## POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES DE RENDA MULHER



### URBANO

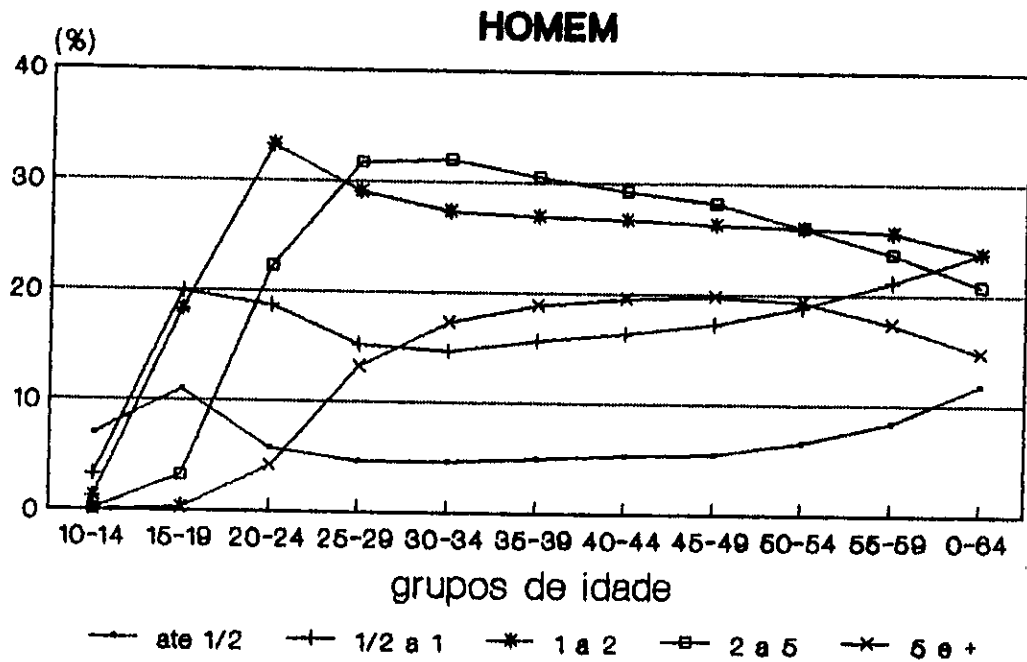


### RURAL

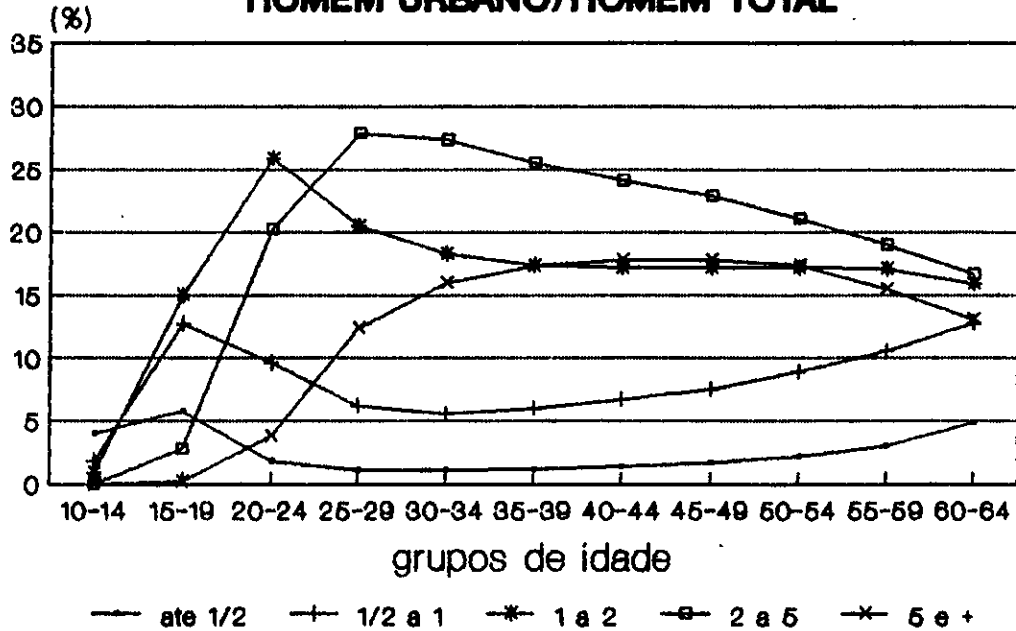




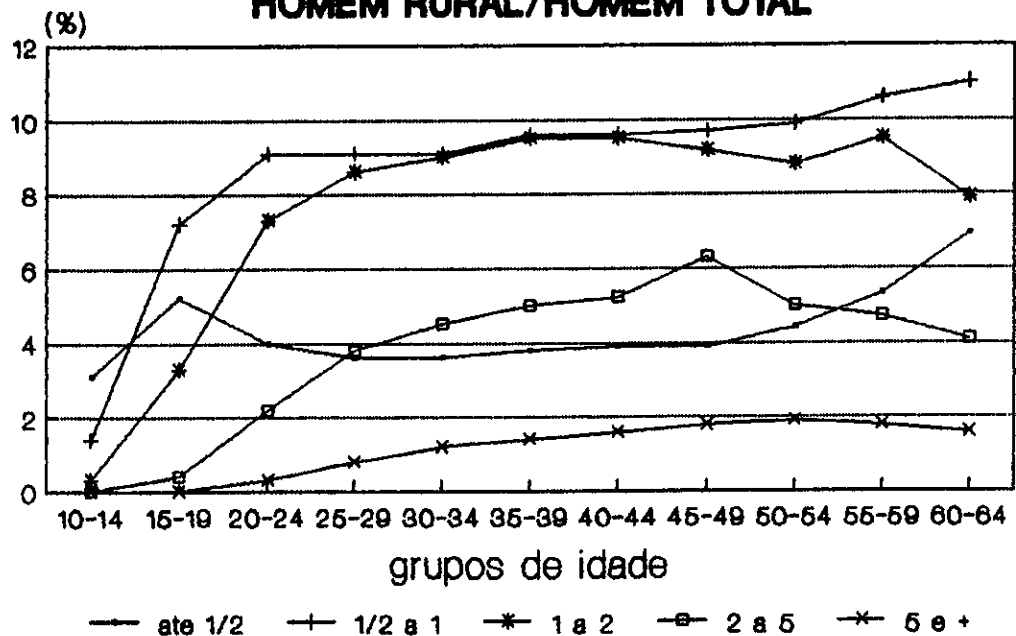
## TAXAS DE ATIVIDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPOS DE IDADE



## TAXAS DE ATIVIDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPOS DE IDADE HOMEM URBANO/HOMEM TOTAL

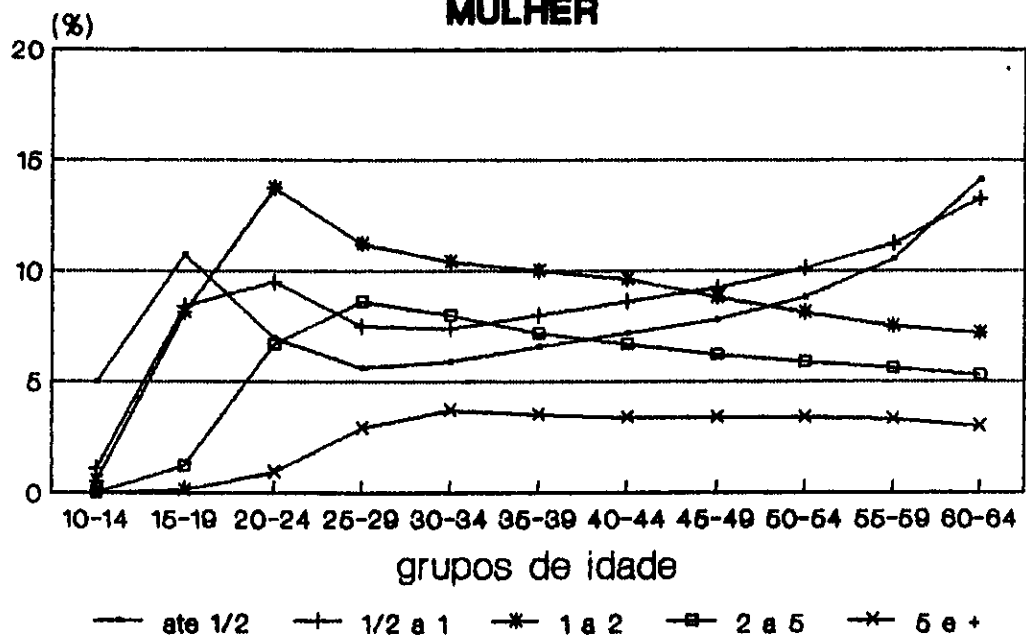


## TAXAS DE ATIVIDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPOS DE IDADE HOMEM RURAL/HOMEM TOTAL

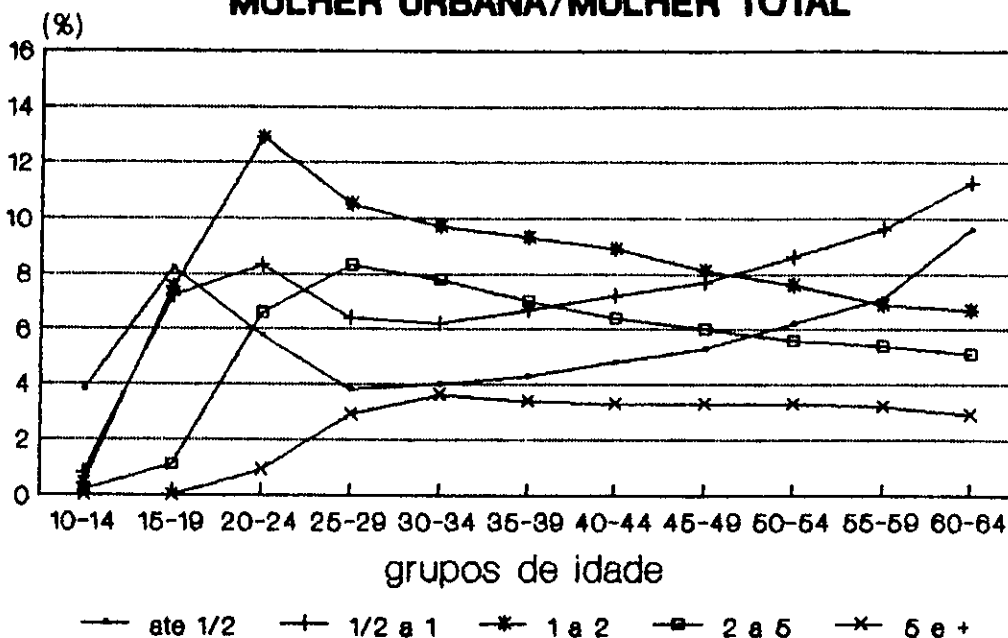


## TAXAS DE ATIVIDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA, POR GRUPOS DE IDADE

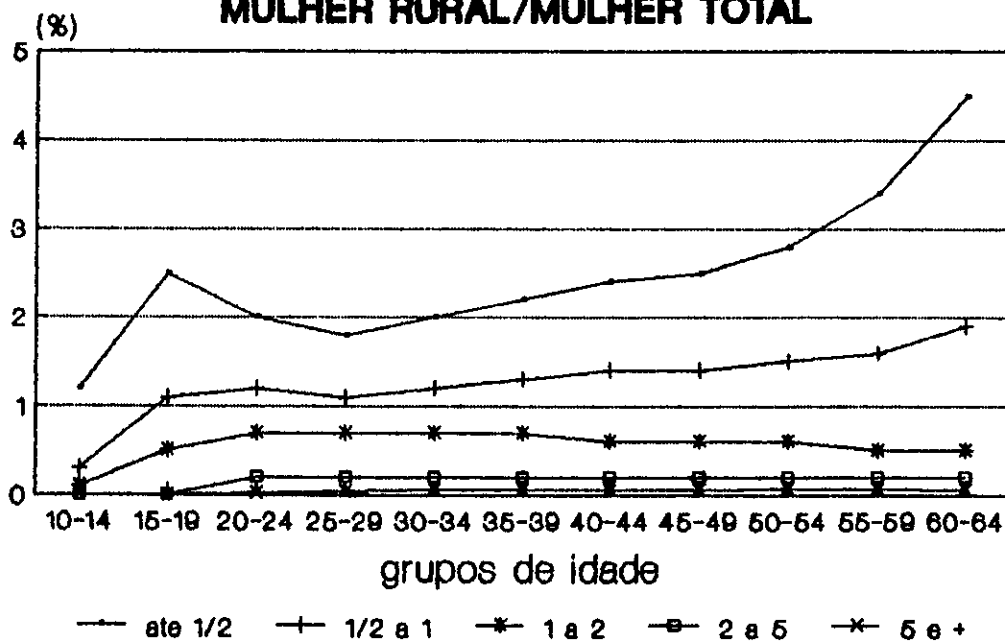
**MULHER**



## TAXAS DE ATIVIDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPOS DE IDADE MULHER URBANA/MULHER TOTAL

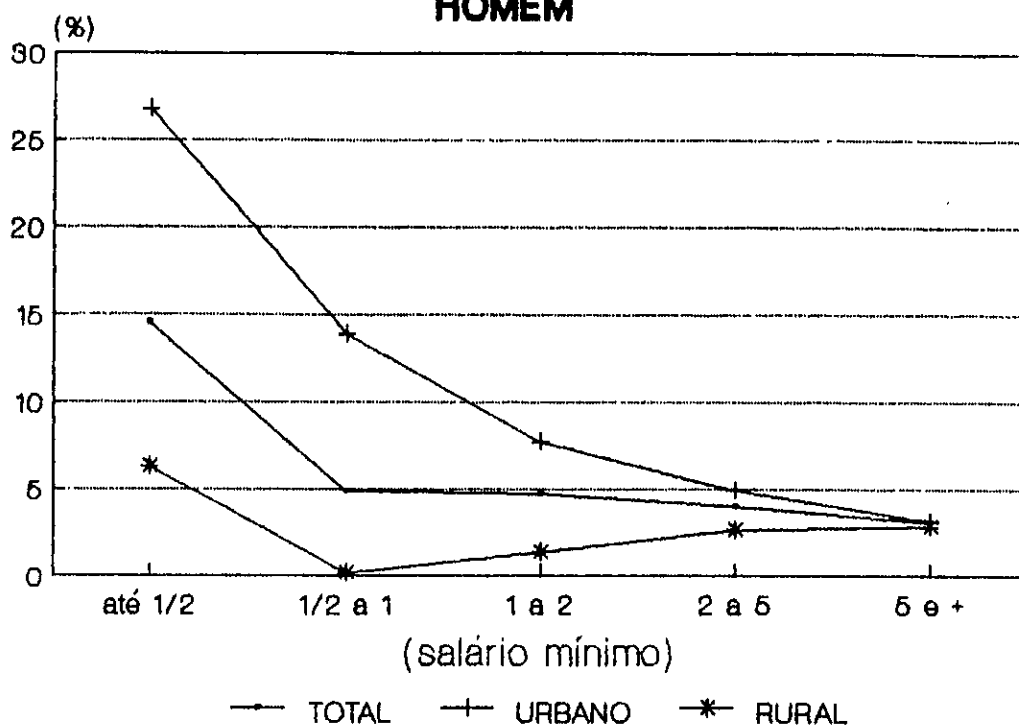


## TAXAS DE ATIVIDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPOS DE IDADE MULHER RURAL/MULHER TOTAL

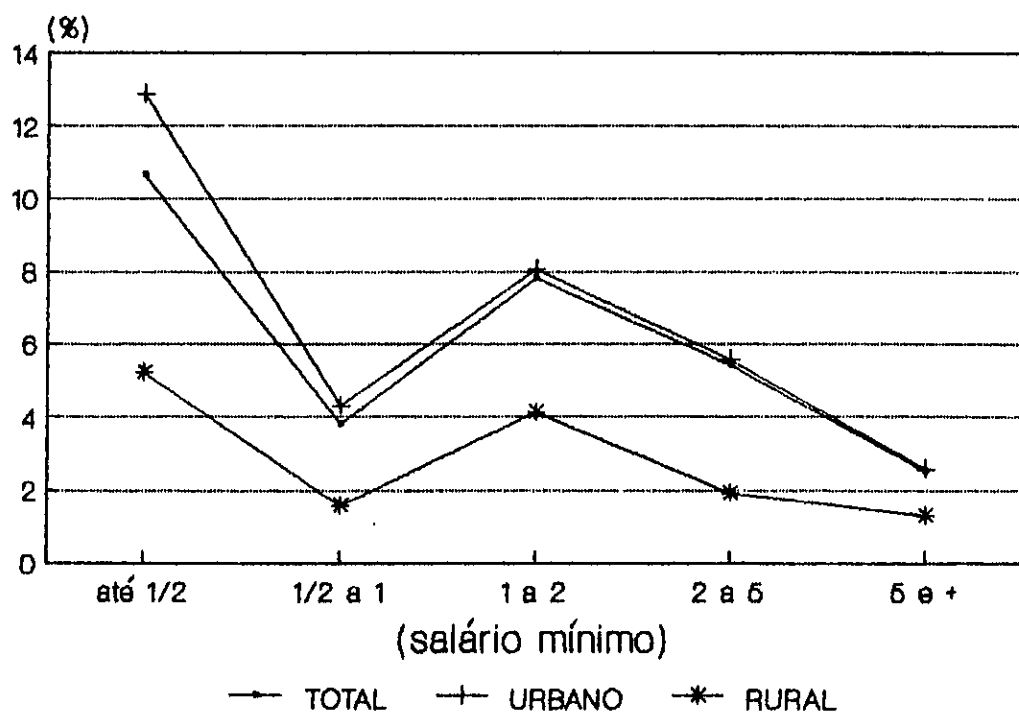


## TAXAS DE MOBILIDADE SEGUNDO CLASSE DE RENDA POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

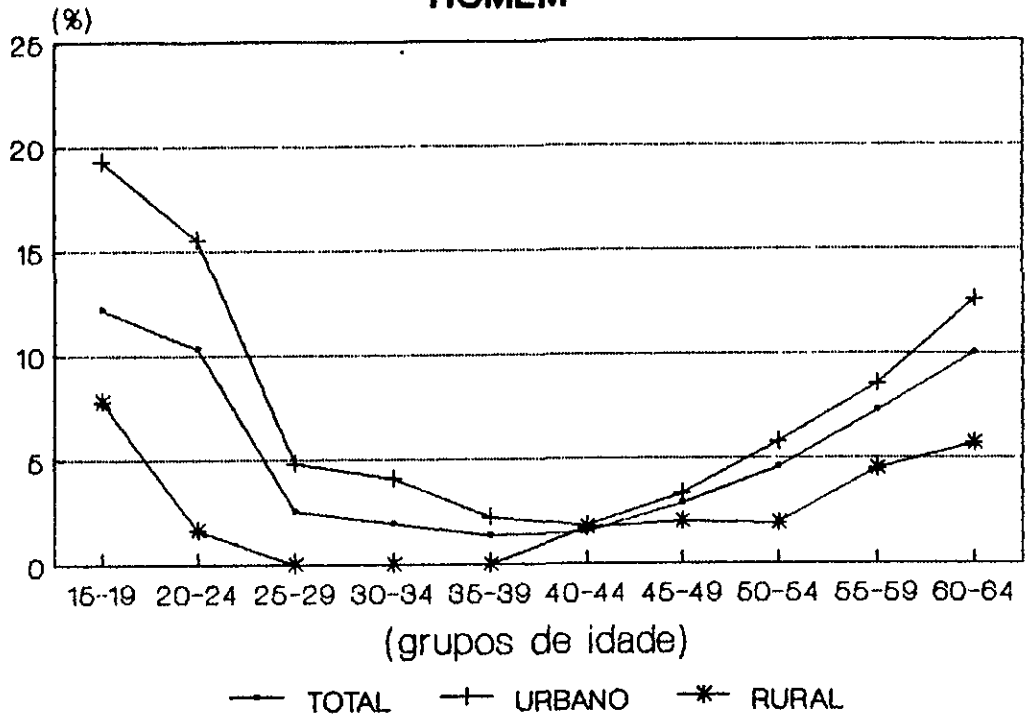
### HOMEM



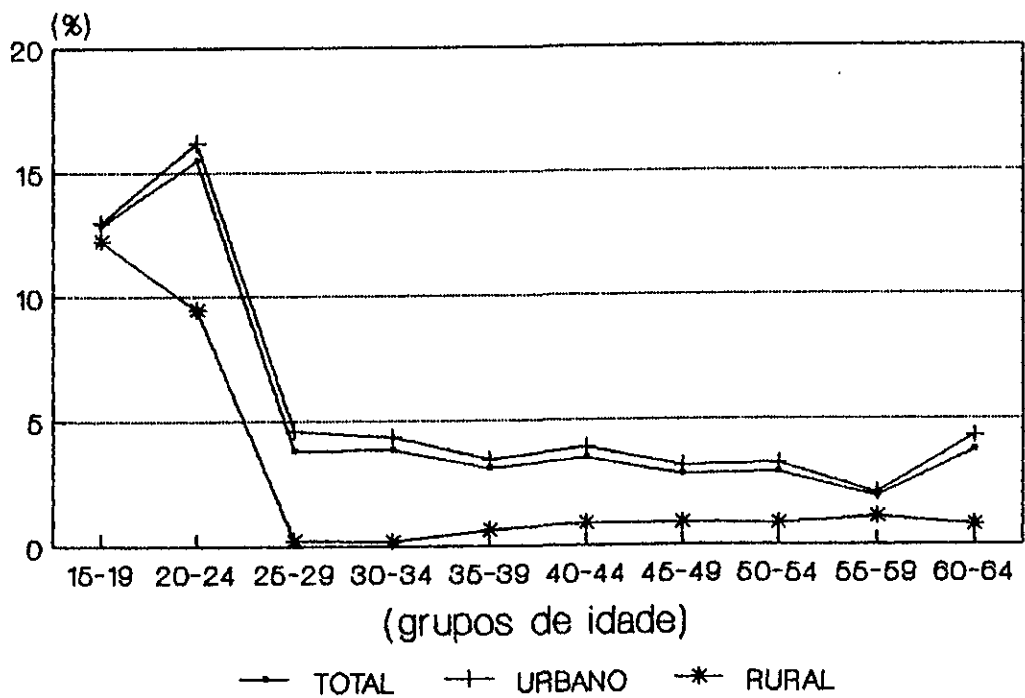
### MULHER



## TAXAS DE MOBILIDADE SEGUNDO GRUPOS DE IDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO HOMEM

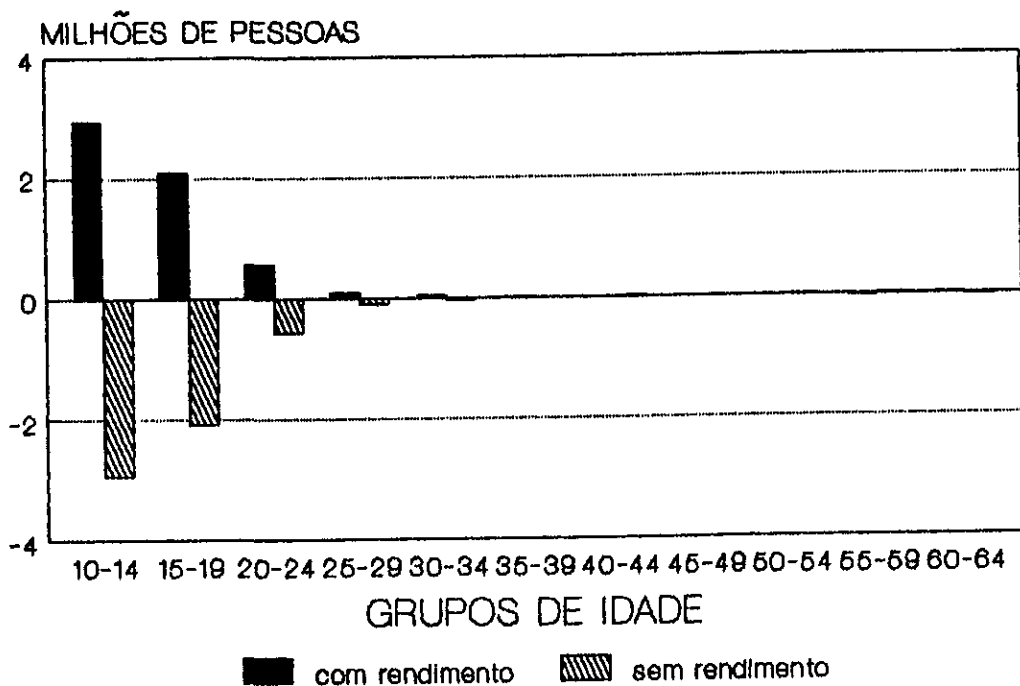


## MULHER

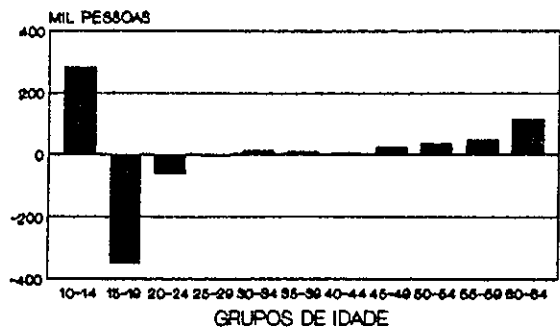


# MOVIMENTO POPULACIONAL POR GRUPOS DE IDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA

## HOMEM COM E SEM RENDIMENTO

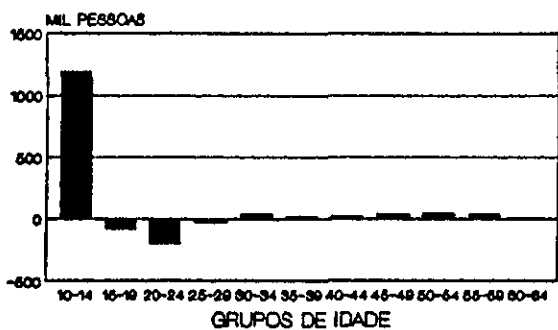


**HOMEM  
ATE 1/2**

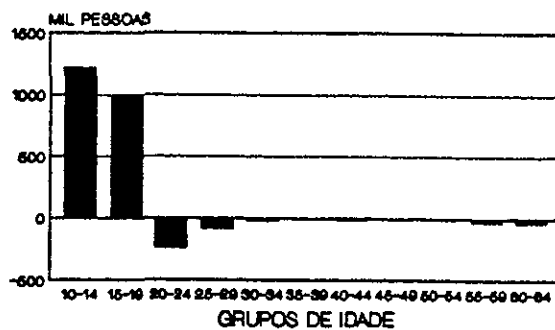


**1/2 A 1**

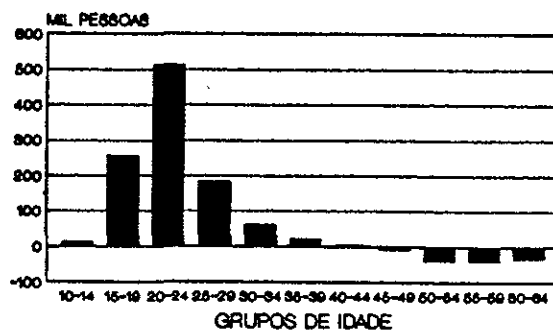
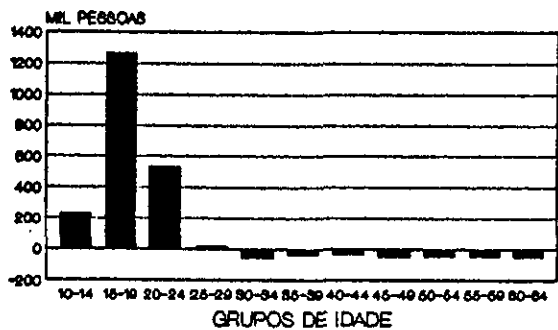
**1 A 2**



**2 A 5**



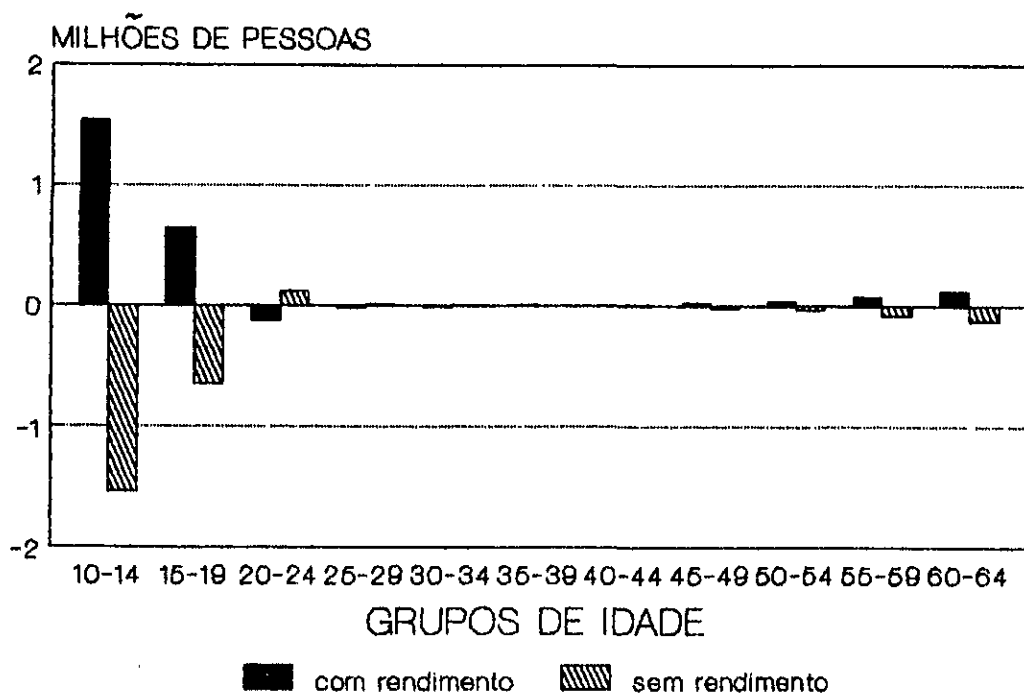
**5 E +**



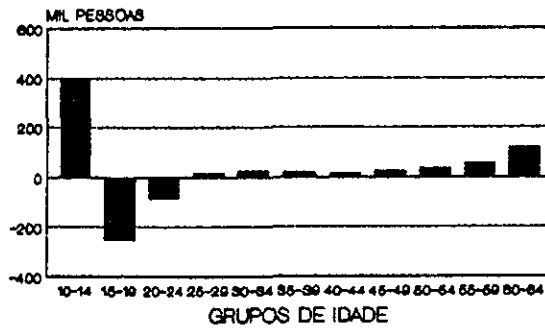


# MOVIMENTO POPULACIONAL POR GRUPOS DE IDADE SEGUNDO CLASSES DE RENDA

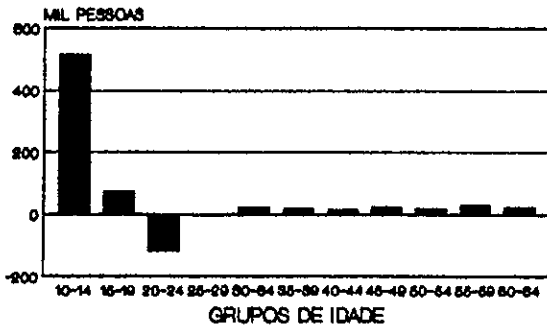
## MULHER COM E SEM RENDIMENTO



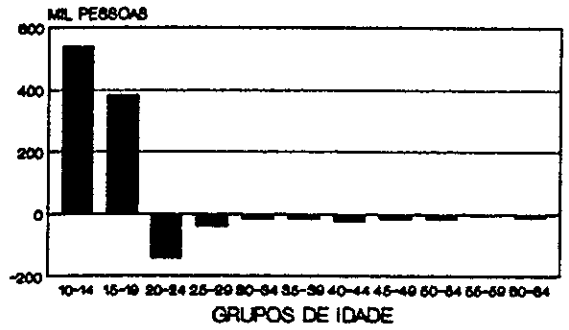
**MULHER  
ATE 1/2**



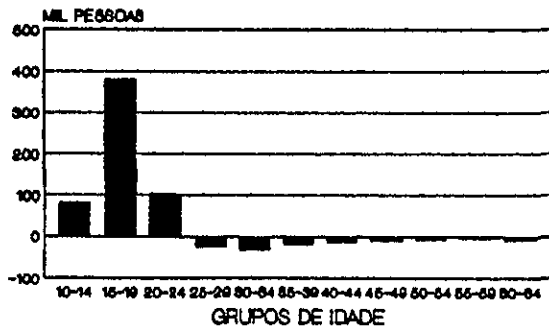
**1/2 A 1**



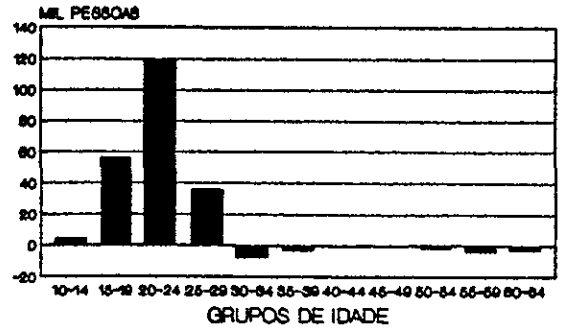
**1 A 2**



**2 A 5**



**5 E +**



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA  
EDITADOS A PARTIR DE 1988

- Nº130-"A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº131-"Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº132-"O (Des) controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº133-"O Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fabio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº134-"Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº135-"Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1988, 23 p.
- Nº136-"Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.
- Nº137-"Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, Maio 1988, 22 p.
- Nº138-"A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, Maio 1988, 18p.
- Nº139-"O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, Maio 1988, 21 p.
- Nº140-"Produtividade e Vantagens Comparativas Dinâmicas na Indústria

Brasileira: 1970/83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, Junho 1988, 23p.

Nº141-"Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E. J. Reis, R. Bonelli e S. M. Polónia Rios, Junho 1988, 45 p.

Nº142-"Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho 1988, 32 p.

Nº143-"Estimativas de Preços Económicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho 1988, 18 p.

Nº144-"Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 55 p.

Nº145-"Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho 1988, 23 p.

Nº146-"Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 38 p.

Nº147-"Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiro", Newton de Castro, Julho 1988, 41 p.

Nº148-"Mobilidade entre Classes de Renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, Julho 1988, 50 p.

Nº149-"Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suplemento Previdência da PNAD-83 e Dados da DATAPREV", Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Julho 1988, 36 p.

Nº150-"Os Conceitos de Custo da Dívida Mobiliária Federal e Déficit Operacional do Setor Público: Uma Crítica", Fabio Giambiagi, Julho 1988, 18 p.

Nº151-"Linkages and Economic Development: the Case of Brazil Reconsidered", Benedict J. Clements e José W. Rossi, Agosto 1988, 22 p.

- Nº152-"On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis", Ricardo Paes de Barros, Agosto 1988, 50 p.
- Nº153-"Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil", Sonia Rocha, Setembro 1988, 41 p.
- Nº154-"Trend, Seasonality and Seasonal Adjustment", A.C.Harvey e Pedro L. Valls Pereira, Setembro 1988, 50 p.
- Nº155-"Decomposição dos Efeitos de Intensidade Energética no Setor Industrial Brasileiro", Ronaldo Serôa da Motta e João Lizardo de Araújo, Outubro 1988, 22 p.
- Nº156-"As Desigualdades Inter-Regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil", Thompson Almeida Andrade, Outubro 1988, 29 p.
- Nº157-"Produtividade Total dos Fatores de Produção na Indústria Brasileira: Mensuração e Decomposição de sua Taxa de Crescimento", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro 1988, 36 p.
- Nº158-"Notas Sobre a Relação entre a Inflação, o 13º Salário e o Déficit Público", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 14 p.
- Nº159-"Alta Inflação e Fronteira de Estabilidade: Um Modelo para a Análise de Trajetórias Explosivas da Inflação", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 32 p.
- Nº160-"Indexação e Reajuste Salarial: Uma Alternativa para Lidar com o Problema da Defasagem", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 17 p.
- Nº161-"Previsão do Nível e Ciclo da Produção Industrial", Ricardo Markwald, Ajax R. B. Moreira e Pedro L. Valls Pereira, Dezembro 1988, 43 p.
- Nº162-"Desempenho Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise Exploratória", Helson C. Braga e Virene Matesco, Fevereiro 1989, 37 p.
- Nº163-"Relação Capital-Produto Incremental: Estimativas para o Período 1948/1987", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1989, 53 p.

- Nº164-"Família e Distribuição de Renda: O Impacto da Participação das Esposas no Mercado de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane S. Pinto de Mendonça, Março 1989, 29 p.
- Nº165-"A Dinâmica da Dívida Externa: Algumas Simulações para o Brasil", José W. Rossi, Maio 1989, 20 p.
- Nº166-"Incidência de Pobreza nas Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80", Sonia Rocha, Agosto 1989, 29 p.
- Nº167-"Cálculo do Valor de Pico dos Salários num Contexto de Alongamento do Período de Reajuste", Fabio Giambiagi, Agosto 1989, 16 p.
- Nº168-"Comportamento dos Agregados e Multiplicadores Monetários no Brasil", José W. Rossi, Agosto 1989, 20 p.
- Nº169-"Financiamento do Déficit Público e Inflação: Um Modelo para o Caso Brasileiro", Fabio Giambiagi e Pedro Luiz Valls Pereira, Agosto 1989, 35 p.
- Nº170-"Inflação e Ativos Financeiros no Brasil: Uma Aplicação da Técnica de Auto-Regressões Vetoriais", Elcyon Caiado Rocha Lima, Agosto 1989, 38p.
- Nº171-"Efeitos da Nova Constituição e das Propostas de Nova Legislação na Seguridade Social", Francisco Oliveira e Kaizô I. Beltrão, Agosto 1989, 54 p.
- Nº172-"Size and Functional Income Distribution in Brazil: Some Puzzles", Benedict J. Clements, Agosto 1989, 15 p.
- Nº173-"Segmentação e Mobilidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise da Área Metropolitana de São Paulo", Guilherme Luis Sedlacek, Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Agosto 1989, 20 p.
- Nº174-"Crescimento Econômico: Financiamento e Redistribuição", Ajax B. Moreira, Outubro 1989, 64 p.
- Nº175-"Temporal Stability of Regional Wage Differentials in Brazil", William

D. Savedoff, Outubro 1989, 17 p.

Nº176-"Regional Wage Differences and Segmentation in Brazil's Urban Labor Markets", William D. Savedoff, Outubro 1989, 35 p.

Nº177-"A Política Monetária de um Plano de Estabilização: Uma Agenda para Reflexão", Fabio Giambiagi, Novembro 1989, 18 p.

Nº178-"Um Estudo da Evolução das Diferenças Regionais da Desigualdade no Brasil", José Guilherme Almeida Reis e Ricardo Paes de Barros, Dezembro, 1989, 67 p.

Nº179-"Renegociação da Dívida Externa: Uma Avaliação do Impacto Sobre a Capacidade de Crescimento da Economia Brasileira", Fabio Giambiagi e Vagner Ardeo, Dezembro 1989, 41 p.

---

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.